

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM

-----No dia trinta dias de abril de dois mil e vinte e um, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cineteatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. *Entrega de valor de senhas de presença de que os deputados municipais abdicaram na sessão de 04.12.2020, a favor das três corporações dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Porto de Mós;*-----

-----2. *Entrega de Diplomas e Lembrança às mulheres homenageadas, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher 2021;*-----

-----3. *Relatório do Estado do Ordenamento do Território do Município de Porto de Mós – Apresentação do documento;*-----

-----4. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----

-----5. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. *Pedido de adesão à Associação Cluster Portugal Mineral Resources; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----2. *Contratos Interadministrativos para as Freguesias Ano de 2021; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----3. *Nomeação Revisor Oficial de Contas (ROC) para a Certificação Legal das Contas do Município de Porto de Mós dos anos de 2021 e 2022, por um período de um ano (maio de 2021 a abril de 2022) – Proposta; (apreciação, discussão e votação);*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----4. *Concessão de Exploração da Cafeteria do Parque Almirante Vitor Trigueiros Crespo - Parque Verde da Vila – Proposta; (apreciação, discussão e votação);* -----

-----5. *PIER do Núcleo de Exploração Extrativa de Pé da Pedreira - Proposta Final; (apreciação, discussão e votação);* -----

-----6. *Proposta de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de Autocaravanismo; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----7. *Constituição da Cooperativa "Rede Cultura 2027" - Parecer do Tribunal de Contas; (para conhecimento);*-----

-----8. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento);*-----

-----9. *Cedência ao Domínio Público Municipal do artigo urbano 1932 para Parque de Estacionamento na Rua General Humberto Delgado – Proposta; (apreciação, discussão e votação);* -----

-----10. *Relatório Anual de Monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) de 2020; (para conhecimento);* -----

-----11. *Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2020; (para conhecimento);*-----

-----12. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação)* -----

-----Estavam presentes na Mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), Antonio Manuel Sousa Pires (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS), Cristiana Ferreira do Rosário (PSD), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM), João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD), Patricia Isabel Zeferino Madeira (AJSIM), Liliana Carvalho Pereira (PS), Maria Goreti Fino Domingues (PSD) e Félix Correia dos Reis (PSD).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal/Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria e Tiago Manuel da Costa Rei (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM) e Júlio João Carreira Vieira (PSD) e Liliana Carvalho Pereira (PS) tendo as suas faltas sido consideradas justificadas pela mesa nos termos regimentais, tendo Júlio João Carreira Vieira (PSD), sido substituído por Félix Correia dos Reis, por ser o seguinte na lista de candidatos.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, começando por cumprimentar todos os presentes, fazendo votos de que todos se encontrem de boa saúde, no quadro geral de pandemia em que se vive por estes dias. Assim, disse que se iria dar início à sessão ordinária do mês

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de abril, desejando a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018, pedindo a todos que se cumpram as regras do uso da palavra e os tempos atribuídos a cada interveniente. -----

-----Disse ainda que, normalmente e conforme está consignado no Regimento, esta sessão inicia-se com o período de intervenção do público. No entanto, hoje, e a pedido do senhor Presidente da Câmara, irá proceder-se, primeiro a uma **apresentação técnica do Relatório do Estado do Ordenamento do Território do Município de Porto de Mós**, bem como irão ter lugar a **entrega do valor das senhas de presença de que os deputados municipais abdicaram na sessão de 04.12.2020, a favor das três corporações dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Porto de Mós e à entrega de Diplomas e Lembrança às mulheres bombeiras homenageadas, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher 2021**.-----

-----Assim, passou a dizer que no dia 4 de dezembro, em Assembleia Municipal, os deputados municipais, representados pelos líderes dos Grupos Municipais, Mário Cruz, do Movimento AJSIM, David Salgueiro, do Partido Socialista, José Gabriel Vala, do Partido Social Democrata, os deputados independentes, Filipe da Conceição Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra e Antonio Rogério de Oliveira Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, tendo-se ainda associado a este ato voluntário, as senhoras e senhores Vereadores, bem como o senhor Presidente da Câmara. Foi deliberado aqui em Assembleia Municipal que: -----

-----"*Considerando os tempos de crise sanitária que vivemos e conseqüentemente, crise económica;* -----

-----"*Considerando que os bombeiros voluntários estão desde a primeira hora na linha da frente, sem medo ou receio, colocando em causa a sua própria integridade em benefício da segurança e da saúde da população;*-----

-----"*Considerando que é importante o nosso reconhecimento e a nossa gratidão pelo esforço e dedicação destes homens e mulheres;*-----

-----"*Os abaixo assinados propõem que o valor referente a presente Assembleia Municipal, auferido a título de senha de presença, seja atribuído as três corporações de bombeiros voluntários do concelho de Porto de Mos, sendo a sua distribuição realizada de forma equitativa*".-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal chamou o senhor Presidente da Câmara, em representação do executivo camarário, e os líderes dos grupos municipais acima referidos a fim de procederem à supramencionada entrega, aos representantes das três corporações de bombeiros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do concelho de Porto de Mós.

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, referiu que, "este ano, diferente de todos, a Assembleia Municipal, homenageou as mulheres bombeiras, por juntarem à sua condição de mulher, a sua entrega ao próximo, o seu esforço, a sua coragem, o seu ato voluntário, a sua resiliência na proteção e socorro das nossas populações. Fizemos a homenagem de uma forma simples, através de um pequeno vídeo, com relatos vossos e que certamente vai ficar na memória futura, na vossa, e espero que na dos vossos filhos e netos. Para mim, e para esta Assembleia, mas especialmente para mim porque vos visitei, foi muito gratificante conhecer todas. Ouvir e sentir como cuidam de nós. Esta Assembleia Municipal, fica-vos muito grata por tudo isso. Um concelho que se preza, deve dignificar, homenagear, reconhecer aqueles que são o seu maior património: a valorização das pessoas. Muito obrigada."

-----Passou depois a chamar as três representantes das mulheres bombeiras de cada corporação do concelho (Sandra Rodrigues de Mira de Aire, Paula Cordeiro de Porto de Mós e Catarina Valentim de Juncal) a fim de lhe fazer a entrega do diploma e de uma lembrança, referindo ainda que durante a semana os serviços da Assembleia Municipal, fariam chegar aos respetivos corpos de bombeiros as lembranças e diplomas destinados a todas as mulheres dessas corporações. Agradeceu também à Cerâmica Vasicol, pelo desenvolvimento e oferta da jarra/troféu, no âmbito desta homenagem.

-----Seguidamente teve lugar a apresentação **do Relatório do Estado do Ordenamento do Território do Município de Porto de Mós**, conforme compromisso aqui assumido pelo senhor Presidente da Câmara, que apresentou a equipa que o elaborou, elogiando a sua competência e determinação e que a seguir o passou a apresentar, do ponto de vista técnico.

-----Terminada que foi a apresentação suprarreferenciada, a senhora Presidente da Assembleia agradeceu a toda a equipa, passando depois a retomar os trabalhos com o período destinado à intervenção do público.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Inscreveram-se para intervir Mário Teixeira, Antonio Alves, Telmo Conceição e Isa Vala.

Mário Teixeira (S. Bento):

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que o objetivo da sua presença aqui, tem a ver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com um assunto que envolve a aplicação de herbicidas. Disse ser morador em Moleana, freguesia de S. Bento, e há um tempo atrás foi confrontado com a aplicação de herbicidas naquela freguesia. Já manifestou o seu desagrado quanto a essa situação, junto do executivo, tendo sido entregue um manifesto assinado por 142 pessoas, que é consequência de uma petição que colocou *on-line*, com o objetivo de abolir o uso de herbicidas na freguesia de S. Bento, pedindo para ler o documento em causa, que a seguir se transcreve: -----

-----Manifesto – Abolir o uso de herbicidas na freguesia de S. Bento – Porto de Mós -----

-----As serras de Aire e Candeeiros são o mais importante repositório das formações calcárias existente em Portugal, fazendo desta zona o maior reservatório de água doce de Portugal. O PNSAC | Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros é classificado como Parque Natural, área protegida, desde o dia 4 de Maio de 1979, é por isso importante o contributo de todos para assegurar a sua preservação e proteção. -----

-----Existem evidências científicas que confirmam que a aplicação de herbicidas, e mais especificamente glifosato, é altamente tóxica para as pessoas ("carcinogénico para os seres humanos"), como para toda a biodiversidade (matando as plantas e os microrganismos presentes no solo). -----

-----Para controlar as plantas espontâneas existem outros meios para além da aplicação de herbicidas: meios mecânicos, térmicos ou manuais. E muitas vezes nem sequer se justifica a eliminação de plantas espontânea, visto a sua presença ser altamente vantajosa para proteção dos solos e aumentar a biodiversidade de que tanto precisamos!! -----

-----Sendo a Junta de Freguesia de São Bento a entidade responsável pela manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais, é igualmente responsável pelo uso de herbicida/glifosato.-----

-----Cada vez mais autarquias resolveram ajudar a preservar a sua própria biodiversidade, aqui alguns exemplos : -----

-----1. No âmbito do programa Eco-Freguesias XXI, da ABAE, a União de Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa, do concelho de Óbidos, tem promovido o abandono do uso de herbicidas;-----

-----2. Lista das autarquias que aderiram a "Campanha "Autarquias sem Glifosato/Herbicidas" <https://quercus.pt/campanha-autarquias-sem-glifosato-herbicidas> .-----

-----Este manifesto que representa o grupo de cidadãos em anexo, vem desta forma pedir a abolição da sua utilização na freguesia de São Bento, pelos motivos acima expostos." -----

-----Neste momento, disse, o seu objetivo é solicitar aqui ao executivo uma posição sobre o uso do glifosato dentro das autarquias.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Alves (Porto de Mós):**-----
-----Cumprimentando todos os presentes, disse que iria começar por dar os parabéns ao executivo pela sensibilidade que teve em relação ao 25 de Abril, por passar para um livro os testemunhos e as vivências desse período, em Porto de Mós. Trata-se de uma excelente obra que regista para o futuro essas vivências. Outra questão, e pegando no discurso da senhora Presidente da Assembleia Municipal na sessão solene do 25 de Abril, quando referiu a percentagem baixíssima dos portugueses que acreditam nos políticos e nomeadamente nos autarcas, disse que entende isso, bastando pegar nalguns exemplos aqui nesta casa. Por exemplo, ainda no domingo, dia 25 de Abril, alguém fez uma publicação numa rede social, simulando um discurso no palco, discurso esse que não fez. E isso cheira-lhe a um pouco de vaidade e é isso que não credibiliza os autarcas e os políticos. Por outro lado, em entrevistas no Portomosense a alguns autarcas, estes falam sempre na primeira pessoa do singular, "eu fiz", "eu quero", nunca falando nas equipas, quando ele entende que são trabalhos de equipa. Depois, passando aqui para a Assembleia, e tem a certeza, porque foi feito esse estudo, de que há deputados da Assembleia Municipal que "*entram mudos e saem calados*", ao fim de quatro anos. Talvez também porque, algumas pessoas que por aqui andam há quarenta anos, não lhe dão a oportunidade de eles darem a sua opinião envolvendo-os também, na vida democrática que deve existir nesta Assembleia. Ainda em relação a tudo isto, referiu que é interessante ler-se o editorial d'O Portomosense, que saiu ontem, referindo que seria bom ler e refletir naquilo que o Isidro Bento lá diz.-----

-----**Telmo Conceição (Porto de Mós):**-----
-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que trazia hoje, aqui, um tema atualíssimo – a saúde, a que todos têm direito, assim como os meios humanos e técnicos, que dia após dia, ajudem a que se tenha mais saúde. Em abril de 1974, a saúde foi eleita como uma das preocupações fundamentais, tendo sido criado o Serviço Nacional de Saúde. Disse ainda querer deixar aqui o seu testemunho, porque recentemente, foi sujeito a uma intervenção cirúrgica, tendo optado pelo privado, e logo que entrou no hospital, teve que deixar uma caução. Continuou dizendo que infelizmente há muitas pessoas que precisam de intervenções semelhantes e não têm condições financeiras para recorrer ao privado. E são essas pessoas que têm que ser defendidas, porque tem vindo a notar, que, de dia para dia, as condições do seu subsistema de saúde diminuem. Disse ainda que tem reparado que há uma insatisfação de muitos munícipes, pelo deficiente apoio médico em várias freguesias do concelho, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se há um plano em execução com o objetivo de debilitar essas insuficiências e se nesse plano está projetado um incentivo específico para que o concelho consiga captar jovens médicos num futuro muito próximo, porque eles são necessários.-----

-----**Isa Vala (Porto de Mós):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que queria enaltecer o município por se mostrar amigo dos jovens, por criar políticas de juventude - as bolsas de estudo, o orçamento participativo, o CMJ, transportes gratuitos para todos os alunos. Como é do conhecimento de todos, o concelho de Porto de Mós, tornou-se um dos fundadores da rede nacional de municípios amigos da juventude. Uma das preocupações dos jovens de Porto de Mós, é o primeiro emprego, e também um emprego de qualidade, de acordo com as qualificações de cada um. Disse ainda que também teve conhecimento, através do *site* do Município, que no dia 27 de abril foi assinado o protocolo para promover o microcrédito para as grandes ideias. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se pode explicar em que consiste este projeto. Tudo o que seja para atrair jovens é bem-vindo, disse. Assim perguntou: para quando está prevista a abertura da incubadora de empresas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder ao primeiro interveniente, senhor **Mário Teixeira**, depois de cumprimentar todos os presentes, dizendo-lhe que o Município de Porto de Mós tem em curso uma negociação com a empresa que faz a higienização da vila de Porto de Mós, precisamente para eliminar o uso de herbicidas. O uso de herbicidas não é proibido e aquilo que alguns autarcas, através da Associação Nacional de Municípios, têm feito, é sensibilizar para a sua não utilização. Progressivamente, disse, o uso de herbicidas, tem tendência para ser descontinuado. A **Antonio Alves**, disse que de facto este livro sobre o 25 de abril, é resultado de uma recolha feita pelos serviços do Município, numa estreita colaboração com o jovem historiador portomosense, Kevin Soares, muito empenhado nas coisas e causas do concelho. Sobre a questão de **Telmo Conceição**, disse que tem alguma dificuldade em falar numa coisa, sobre a qual não tem poder de decisão nem capacidade para dar respostas às pessoas. Os médicos são efetivamente necessários no concelho, mas as coisas nem sempre têm acontecido de forma a dar satisfação às necessidades da população. A questão que se coloca ao Município, é a resposta às condições, e esta tem acontecido de forma sistemática. O Município de Porto de Mós tinha uma extensão de saúde muito degradada e reabilitou-a, disse referindo-se a Mira de Aire. O Município de Porto de Mós, foi chamado, no âmbito da USF Novos Horizontes, para reabilitar a extensão de saúde de Calvaria de Cima e apoiou a Junta de Freguesia, porque o edifício era desta entidade, para que tal acontecesse. Neste momento, vão iniciar-se as obras da extensão de saúde de Pedreiras, obra com algum significado e que aquela população bem merece. E esta é a missão da autarquia. A outra, sobre a insuficiência de médicos, é um problema relativamente ao qual o executivo, conjuntamente com as freguesias e com a Assembleia Municipal, luta para que seja minimizado assim que possível. Disse ainda que é certo que os médicos têm direito a pedir mobilidade, mas Porto de Mós tem sido sistematicamente ponto de passagem e fixar os médicos aqui, não tem sido fácil. Neste momento, disse que a realidade que temos é que a partir de dia 10 de maio, vamos ter uma médica que concluiu agora o internato, em Mira de Aire, para substituir interinamente o Dr. Nuno Couto que vai sair para a USF Novos Horizontes, sendo que Mira de Aire vai continuar apenas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com dois médicos, e esta situação, vai prolongar-se até julho, que é quando é o concurso, esperando que aconteça uma situação de estabilidade, que é o que todos anseiam. Sobre a questão colocada por **Isa Vala**, disse que o Município tem, a partir do Conselho Municipal de Juventude, e de propostas que existiam, desenvolvido um conjunto de ações de apoio à juventude. O apoio ao microcrédito, está incluído na estratégia de criação do centro de apoio ao investimento, da incubadora de empresas, que ao que sabe, dentro de dois meses estará concluída, sendo esse o prazo que está definido.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia referiu que tendo já tido lugar a entrega de valor de senhas de presença de que os deputados municipais abdicaram na sessão de 04.12.2020, a favor das três corporações dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Porto de Mós e a entrega de Diplomas e Lembrança às mulheres homenageadas, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher 2021, que constituíam os pontos 1 e 2 deste período de antes da ordem do dia, bem como a apresentação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território do Município de Porto de Mós, que constituía o ponto 3, se iria passar então ao ponto 4 deste mesmo período.-----

-----**2. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 1 da sessão ordinária** realizada em 26.02.2021, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Não havendo reparos à mesma, foi a ata colocada a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**5. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a usar da palavra dizendo que estavam abertas as inscrições para os deputados que quisessem intervir.-----

-----**Sandra Maria da Silva Martins (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados – PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse que a sua intervenção tem a ver com os censos, estando como coordenadora da sua freguesia em todo este processo e considerando importante dar aqui uma visão positiva do que está a acontecer no concelho. Disse depois que, à data de hoje, em cerca de treze mil e oitocentos alojamentos, faltam cerca de duas mil e duzentas respostas, faltando cerca de 15% para que o processo fique fechado, estando o concelho acima da média na zona centro. Deixou ainda um agradecimento, na qualidade de coordenadora de freguesia, pensando ser esse também o sentir dos coordenadores das outras freguesias do concelho, à delegada municipal Dulce Custódio, pelo seu empenhamento e dedicação em todo este processo, tendo conseguido dar resposta a todas as questões que têm surgido.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, dando-lhe os parabéns por ter tido a coragem de fazer uma Assembleia por videoconferência, independentemente do resultado. Pegando depois nas palavras de Antonio Alves, muito importantes, disse que cada vez mais as pessoas estão longe da política devendo ser promovidas ações para juntar o eleitor ao eleito. Deixou aqui o repto de estas sessões da Assembleia Municipal serem transmitidas em direto para casa das pessoas, à semelhança do que é feito em várias outras Câmaras do País, dizendo que agora vai passar a falar nisto em todas as sessões, pois não será por falta de meios técnicos pois a Câmara até tem contratado, um profissional dessa área. Esta é uma maneira das pessoas se aproximarem, pois nas comemorações do 25 de abril, estavam menos pessoas aqui, do que hoje. Referiu-se depois à utilização de herbicidas, dizendo que não o utiliza em toda a freguesia, mas o que utiliza tem uma autorização de venda e não é proibido. Essa declaração de venda é passada pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, não sendo esses produtos tóxicos, nem para as pessoas, nem para a fauna aquática, fauna terrestre e meio ambiente, estando completamente descansado em relação a este assunto. Terminando, disse que queria dar os parabéns ao Município pela forma como tem decorrido a vacinação no concelho de Porto de Mós, apesar de a senhora vereadora se ter esquecido de o avisar, aquando da primeira intervenção na Marinha da Mendiga, tendo sabido através do posto médico de onde lhe ligaram, mas isso não mancha em nada a qualidade do serviço que a Câmara tem prestado nessa matéria, merecendo parabéns por isso. -----

-----**Tiago Manuel da Costa Rei (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a sua intervenção visa dar resposta ao senhor Mário Teixeira que é residente na freguesia de S. Bento. Disse depois que, ao que sabe, a sua esposa esteve na Assembleia de Freguesia onde interveio sobre esse assunto, e que entretanto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receberia a resposta. Disse ainda que pouco mais adiantaria ao que disse o seu colega Carlos Cordeiro, e que o herbicida que é usado tem certificação ambiental e é autorizado. Aproveitou para lhe fazer uma sugestão em linha com o que já se faz na freguesia de S. Bento. Alguns moradores de Penedos Belos, já se juntaram e pediram à Junta de Freguesia para que ali não se utilizassem herbicidas, fazendo eles a limpeza e aproveitando a erva para dar ao gado. Continuou dizendo que, como aquele interveniente sabe, a freguesia tem 43 km², pelo que se torna impossível, e apenas com um funcionário, se possam ter as coisas em condições.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, começou por justificar a sua ausência nos últimos 45 minutos da sessão *on line*. Ainda nesta linha, disse querer perguntar ao senhor Presidente se havia mais alguns avanços nas condições das comunicações. Outro assunto que levantou foi sobre a situação do IMI, dizendo já ter sido abordado por algumas pessoas, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se teve alguma informação por parte do responsável pela Repartição de Finanças de Porto de Mós, porque pessoas que não pagavam IMI há muitos anos, estão a receber cartas para ir pagar. Teve conhecimento de dois casos, sendo que uma pessoa pagou e a outra questionou e afinal disseram-lhe que era engano. No que se refere à aplicação de herbicida, disse que o único sítio em que aplicava era no cemitério. Continuou dizendo que também é contra o uso de herbicidas, mas que às vezes, vê-se impotente, "mas que os culpados somos nós enquanto cidadãos, porque muito poucos de nós arrancamos uma ervinha à frente da nossa porta e deixamos tudo nas mãos da Junta." Portanto terminou dizendo que esta questão tem de passar pela sensibilização de todos, enquanto cidadãos. Por último, disse que queria aqui congratular o executivo pela obra que lançou na Estrada Romana. Disse que a Estrada Romana talvez esteja no top 5, de monumentos do concelho, sem desmerecimentos dos restantes, e que tem sido sempre cuidada de forma desastrosa, até agora. Disse ainda que a casa que lá foi construída, fez anteontem vinte anos, da sua construção – 28 de abril de 2001. Como muitos sabem, a casa foi construída num caminho público, e foi inaugurada na data referida pelo senhor Secretário de Estado, Vítor Barros, e tem uma placa a dizer ADSAICA, não encontrando a casa registada em lado nenhum, e não sabendo se tem dono. Disse, ainda que tentou, em dada altura, encontrar o projeto junto do Município, mas não foi encontrado. Continuou dizendo que vinte anos depois já está na hora de isto ser resolvido.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – IPP):** -----

-----Usando da palavra começou por cumprimentar todos os presentes passando a agradecer ao município as obras do posto médico, que já começaram, perguntando qual o prazo previsto para a sua conclusão. No que diz respeito ao apoio dos utentes, a extensão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de saúde do Juncal tem estado a funcionar bem e os utentes que têm necessidade de transporte, vão à Junta de Freguesia, que articula com o município esse transporte. Disse ainda que a Junta de Freguesia tem andado a acompanhar a colocação dos prumos indicativos dos peregrinos Nazaré/Fátima. Por último, disse que queria abordar um assunto que anda aí a ser divulgado através de uns e-mails, de uma obra que terá sido feita pelo executivo da Junta de Freguesia, aprovada pela Assembleia de Freguesia e com conhecimento e acompanhamento dos técnicos da Câmara, referindo-se a um passeio com cerca de oitenta metros, na Rua do Barreiro. Ora, isto é um passeio que anda a ser prometido há dez ou onze anos, disse. Trata-se de uma zona onde passam alguns peões, onde já iam acontecendo alguns acidentes com pessoas que passam por ali a pé, e o passeio que lá está feito é um passeio normal, devidamente acompanhado, em nada tendo sido reduzida a faixa de rodagem, que até foi aumentada em cerca de trinta centímetros. No entanto, há uma empresa que neste momento tem ali uma atividade e que apresenta umas queixas. A obra só foi concluída ontem ou anteontem com a instalação de duas sarjetas para drenagem de águas. Por isso disse, se houver alguém que queira acompanhar no local a obra, só tem de lhe telefonar.---

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----Cumprimentando todos os presentes, disse que a sua intervenção iria ser breve. Pegando nas palavras de Telmo Conceição sobre a questão da saúde, disse que de facto há algumas freguesias que falam sempre nos problemas da saúde, porque de facto esses problemas existem. Efetivamente, vai embora o coordenador e médico na freguesia de Mira de Aire e supostamente, irá lá estar mais uma médica até ao próximo concurso e supostamente até pedir a mobilidade e assim sucessivamente. Obviamente que os Presidentes de Junta não assacam qualquer tipo de culpa a este executivo e ao senhor Presidente da Câmara, pela falta de intervenção junto das entidades competentes para que essa situação seja resolvida. Mas porquê sempre os mesmos, perguntou. Porque é que, sendo a UCSP de Porto de Mós a entidade que centraliza todos os médicos, porque é que nas Juntas de Freguesia limítrofes tem sempre o problema dos médicos, recorrentemente? Porque é que isto acontece? São coisas estranhas, disse. Mas, continuou dizendo, como fala do problema de saúde e relativamente à falta de médicos que vai grassando e que recorrentemente acontece nestas freguesias, e nomeadamente em Mira de Aire, também, tem algumas coisas boas para dizer. As pessoas de Mira de Aire, aquelas que foram alvo de vacinação, todas elas, deram um crédito muito favorável a tudo aquilo que foi feito pela Câmara Municipal e na vacinação que lá tem sido efetuada, assim como o fizeram há uns tempos atrás relativamente ao processo eleitoral que também correu muito bem, agradecendo também às pessoas de Mira de Aire e ao executivo da Junta de Freguesia. Disse depois que quer agradecer ao executivo camarário, a obra que foi feita junto à Casa da Cultura de Mira de Aire porque veio resolver dois problemas: a falta de estacionamento naquele local e também resolveu o problema do encaminhamento das águas pluviais que se dispersavam pelo Largo da Paz e também ao longo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Rua General Humberto Delgado. Agora, fruto das demolições que têm existido junto da Estrada Nacional 243, que atravessa a vila, os engenheiros que acompanham a obra, todos eles têm dado parecer favorável e parabeniza a Câmara pelo desafio que tem acontecido naquelas zonas que foram alvo de demolição.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alvados e Alcaria que, é sempre com muito orgulho que vê o empenho dos responsáveis das freguesias, que são os grandes obreiros, em conjunto com a Coordenadora Municipal, a Dr^a Dulce Custódio que foi aqui referida, a fazer um trabalho meritório e que de alguma forma nos coloca até, na linha da frente da execução, em termos da região. Estas duas mil e oitocentas respostas em falta, certamente são as que vão dar trabalho, mas está certo que este processo vai chegar ao fim com sucesso, voltando a reiterar aquilo que de bom se tem feito a este nível. Sobre a questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse, que de facto, esta é uma preocupação, a da aproximação entre eleitos e eleitores, e o executivo não se tem alheado dela, sendo bom exemplo disso o Orçamento Participativo, que termina hoje e que até ao momento, embora só termine mesmo à meia-noite, já tem treze propostas apresentadas. Quanto à aplicação de herbicidas, que foi aqui levantada, disse que, por aquilo que sabe, mesmo a SUMA que faz a higienização na sede do concelho, utiliza herbicidas validados pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, como não podia deixar de ser, mas ainda assim, espera que no próximo contrato se encontrem outras soluções que não esta. Sobre o processo de vacinação, fez um pequeno resumo, dizendo que tem estado a correr muito bem, estando neste momento, vacinadas com a primeira e segunda dose, duas mil seiscentas e dezasseis pessoas, de um total de seis mil setecentas e quarenta e seis, até ao dia de hoje. Disse depois que queria agradecer aos profissionais de saúde pela forma empenhada como têm trabalhado o processo de vacinação, aos trabalhadores do município que estão alocados neste processo, às corporações de bombeiros e finalmente aos senhores Presidentes de Junta, que têm sido inexcedíveis, porque eliminam todas as situações às quais os ficheiros não dão resposta adequada, nomeadamente quanto aos contactos atualizados. Quanto à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra disse que, foi feita uma solicitação para as duas operadoras, tendo ambas respondido por telefone, e estando a aguardar ainda a resposta escrita de ambas. Quanto à Vodafone a resposta obtida foi que tinha respeitado parte do acordo com a instalação de uma antena na Barrenta, o que é verdade, mas a antena da Barrenta não tem cobertura de internet. No que respeita à Altice o que foi dito, é que a fibra está a ser espalhada no território, estando o Alqueidão da Serra a ser servido, assim como S. Bento. Na semana passada, estiveram a ser feitas avaliações de rede em S. Bento e no Arrimal. Sobre a questão do IMI, disse que só pode ser falso e só por engano as pessoas estejam a receber cartas das Finanças sobre este assunto, alertando para uma eventual situação de fraude e reiterando que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não tem conhecimento da situação. Sobre a situação da estrada romana, disse que a obra está em curso e está a ser feita em conformidade com o que foi acordado com a Direção Regional de Património Cultural, que acompanhou o processo e que validou a empresa que está a fazer o trabalho. Quanto à questão do edifício é um pouco mais complexo mas tem a expectativa de que se vai resolver. Quanto à questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras, disse, relativamente ao posto médico, que pensa que a obra tem uma duração de 120 dias. No que se refere à questão do passeio da Rua do Barreiro, disse que os serviços da autarquia já hoje responderam ao reclamante, com base na informação que acabou de dar aqui. Respondendo à questão levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, disse que de facto, esta questão da Saúde, como já o referiu, é uma preocupação permanente, sendo uma situação que vai continuar a ser acompanhada. A senhora Vereadora pediu uma reunião com o ACES, no sentido de perceber em que ponto se está relativamente a esta matéria e sobretudo, para tentar consolidar a permanência dos médicos com os ficheiros de Mira de Aire, para que não estejam sistematicamente a rodar. Agradeceu ainda o reconhecimento do trabalho que tem sido feito nos centros ocasionais de vacinação, quer de Mira de Aire, quer de Marinha da Mendiga e do Juncal, e em particular o de Porto de Mós, com o grande envolvimento de todos, só assim sendo possível que as coisas corram bem, como tem sido o caso.-----

-----Antes de passar a palavra, a senhora Presidente da Assembleia respondeu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, dizendo que concorda com o que disse em relação às sessões da Assembleia Municipal serem transmitidas *on line*, pois só assim se conseguirá chegar a todos.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, começou por dizer que recebeu a confirmação da Câmara, por telefone, de que iria recomençar a feira de velharias no próximo domingo, mas a funcionar apenas até às 13 horas, pedindo que o senhor Presidente confirme. Referindo-se à feira de velharias disse, na qualidade de, também expositor, que no primeiro domingo de cada mês, Porto de Mós adquire uma nova vida, sendo isso reconhecido por todos e agradecendo a todos os que têm colaborado para que este evento mensal seja um sucesso. Seguidamente disse que queria agradecer e dar os parabéns ao trabalho que tem vindo a ser realizado pelas Juntas de Freguesia com arruamentos, muros, alargamento de passeios, e, como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire falou, algumas demolições de casas, que permitem que o concelho venha a estar cada vez mais bonito. Fez depois referência a um pormenor, dizendo que é com alguma tristeza que vê que, no caso de demolições de casas, não haja a cultura do aproveitar e se esbanje tanta coisa, tais como pedras, cantarias, madeiras, ferros e outros materiais que poderiam muito bem, ser reutilizados, dizendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

querer deixar esse alerta.-----

-----**Cristiana Ferreira do Rosário (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que gostaria de começar a sua intervenção deixando aqui um breve apontamento: "este mês que termina, o mês de Abril, foi o mês de prevenção dos maus tratos na infância, e a Câmara Municipal de Porto de Mós, em conjunto com a CPCJ, tiveram aqui mais uma vez, têm tido ao longo dos anos, uma intervenção de destaque com a colocação de um laço azul no Castelo, que penso que todos devem ter observado e também na rotunda D. Fuas Roupinho. É um momento, é apenas um gesto simbólico, mas que vem alertar conjuntamente e parece-me que este ano teve um impacto mais positivo e mais forte, junto da comunidade e isso também é importante para promover os direitos das nossas crianças e jovens. Mais uma vez nesta Assembleia Municipal tem vindo aqui um assunto, também por mim muitas vezes falado, relacionado com a área da saúde, mas que é inevitável voltarmos a falar. Acho que é pertinente voltar a abordar a questão. Faz um ano que vivemos uma situação pandémica. Desta vez gostava de falar aqui de uma forma um bocadinho diferente, não tanto na vertente que falámos na última Assembleia, mas estamos aqui a falar de uma esperança com toda esta questão da vacinação que surgiu em dezembro em Portugal com a vacinação contra a Covid 19. Quer queiramos, quer não, vivemos momentos muito difíceis no início do ano e isto é a esperança, a luz ao fundo do túnel e estamos todos muito preocupados e a dar o nosso melhor para conseguirmos vacinar massivamente a população o mais rapidamente possível. Se calhar, não tão rápido como gostaríamos, com alguns contratempos que também temos tido com muitas situações problemáticas com algumas vacinas, com retiradas. Temos de acreditar e perceber que as vacinas passaram pelo controle de segurança, também a nível europeu. Mantemos a vigilância das reações adversas pelo Infarmed, são monitorizadas também a nível nacional e se tivermos informações significativas para a retirada, a vacina será retirada, deixando aqui também essa nota. Como qualquer outro medicamento, terá reações adversas e todos sabem disso. A vacinação vai-nos permitir ao longo deste ano, se calhar prevenir o surgimento da doença de uma forma mais grave, vamos evitar aqui algumas consequências, mas se calhar o ponto fundamental está relacionado com a sobrecarga dos sistemas de saúde, que é isso que estamos a tentar evitar, considerando também o impacto que isto tem na nossa economia. Não temos dúvidas que, uma distribuição eficaz e eficiente da vacina, é fundamental. A vacinação contra o Covid 19 é um ponto fulcral ao nível desta crise de saúde pública. A Comissão Europeia foi desenvolvendo estratégias e dando diretrizes relativamente ao processo de vacinação, mas em Portugal é depois necessário articularmos toda a logística de armazenamento da vacina, de distribuição e depois a sua administração de forma eficaz e segura. Como devem saber, o plano iniciou e foi estruturado com uma primeira fase de vacinação, e aqui foi previsto vacinar novecentas e cinquenta mil pessoas a nível nacional, e vacinámos também no nosso concelho, vacinámos os profissionais de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saúde pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde, ou não, porque foram inscritos através das suas ordens profissionais. Vacinámos forças armadas, vacinámos também, depois, todos os residentes e profissionais de estruturas residenciais para as pessoas idosas e depois também da rede nacional de cuidados continuados. Esta foi a primeira fase que se iniciou em dezembro, e depois começou em fevereiro ainda da primeira fase, com as pessoas com idade superior a 50 anos e com as patologias indicadas no plano de vacinação. Avançámos agora muito recentemente em abril com a segunda fase de vacinação. Esta segunda fase, penso que têm conhecimento, mas só para irmos alertando e estarmos todos a falar da mesma forma, vem incluir aqui as pessoas com idade superior a 65 anos, independentemente de terem ou não alguma patologia associada, portanto todos com mais de 65 anos estão abrangidos nesta fase de vacinação que começou este mês, prevendo-se a vacinação de oito milhões de pessoas em Portugal. Avançamos também com a fase dos 50 aos 64, com algumas das patologias – hipertensão, insuficiência renal e mais algumas, patologias bem definidas no plano. Com esta nova fase, como o senhor Presidente já falou, entrou em vigor uma nova forma de agendamento, o auto agendamento, e portanto qualquer um com mais de 65 anos, poderá agendar a vacina, escolher o dia, escolher o centro de vacinação. Estas são indicações da Task Force, prevendo-se que isto poderá ser até uma forma de experimentação para avançar no futuro para a fase 3, em que vamos vacinar a restante população. Claro que isto trás algumas complicações, algumas mudanças de estratégias que são necessárias. Até aqui, e ainda bem, foi muito bom ouvir as intervenções anteriores e perceber que todas elas congratulam o Município com o apoio prestado em todo o processo de vacinação e também eu queria aqui deixar um agradecimento por todo o trabalho que tem sido realizado com o município e com todo o apoio de logística, de transporte dos idosos, mas também como os nossos profissionais de saúde que têm estado na linha da frente da própria vacinação, sendo que estão aqui as duas unidades, tanto da USCP de Porto de Mós e USF Novos Horizontes. Concluindo, o processo de vacinação é fundamental, mas o facto de estarmos vacinados não diz que eu vou realmente deixar de infetar, e portanto todos nós devemos continuar a manter os nossos cuidados. Vamos ter manifestações mais ligeiras da doença mas não podemos descurar todos os cuidados. Obrigada."-----

-----**Joaquim Santiago Virgilio Alves (PS):**-----

-----No uso da palavra, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara dizendo que iria voltar a falar sobre a problemática dos incêndios, dizendo que hoje foi publicada a época dos incêndios. Disse depois que o ano passado por esta altura, ou mais cedo ainda, alertou o senhor Engº Nuno Oliveira da Proteção Civil, que foi dar uma volta consigo, para se inteirar da situação. No verão do ano passado, o Juncal e a Calvaria de Cima conseguiram escapar ao flagelo dos incêndios, havendo em contrapartida um grande incendio na zona serrana. Já na última Assembleia falou sobre esta situação e o senhor Presidente da Câmara disse que iria analisar, que iria tratar, que já havia alguém para abrir os caminhos, mas até hoje, ainda não viu nada. Prosseguiu dizendo que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da Boieira, está mais ou menos, mas a Charneca, Picamilho, Boiça, Andainho, a zona das barreiras para a Cumeira, têm matos de uma altura enorme, e se ali acontece um incendio, acontece o mesmo que aconteceu o ano passado na serra. Há caminhos onde os carros de bombeiros não conseguem chegar, sendo por isso que os incêndios tomam proporções enormíssimas, porque não há acessos, pedindo ao senhor Presidente que lhe faça o ponto se situação sobre este assunto.-----

-----**Maria Goreti Fino Domingues (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por cumprimentar todos os presentes na sala, dizendo que iria começar com uma pergunta. "Será que aprendemos alguma coisa com o que nos aconteceu nos últimos 13 ou 14 meses? Quero acreditar que sim, e pelo que vi aqui hoje acho que sim, que aprendemos, porque sou otimista por natureza, mas quando leio o que se escreve e publica na comunicação social e nas redes sociais, fico com sérias dúvidas. Continua-se a ter dificuldade em reconhecer o valor dos outros, por mais simples que ele seja. Continua-se a preferir a crítica fácil, gratuita e infundada. Continua-se a ver com mais facilidade os defeitos dos outros, a não olhar para os meios para atingir os fins, e nisso confesso, nem sempre temos sido aqui o exemplo. E aproveito para fazer minhas as palavras do senhor Alves, com um esclarecimento na parte que me toca. Da minha parte, a minha bancada nunca me limitou, nem nunca me proibiu a palavra, pelo contrário, sou sempre incentivada a dizer aquilo que penso, de forma respeitosa, como sempre me ensinaram. Só que confesso, senhor Alves, apesar da idade, nesta matéria da politica, sou uma estagiária, aliás estou a aprender, como faço toda a vida e como tenho feito. Mas também aproveito para lhe dizer que, tendo em conta, motivos pessoais e profissionais, vou-me ficar pelo estágio. Mas sim, senhor Alves, acho que estive muito bem e concordo com muitas das palavras que disse aqui, e como dizia o celebre poeta José Régio, "só sei que não vou por aí". Mas vem isto a propósito do reconhecimento que quero aqui fazer a todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para que o flagelo da pandemia não alastrasse ainda mais no nosso concelho. Uma palavra de agradecimento a todos os dirigentes, funcionários, familiares e utentes dos nossos lares, e são alguns no nosso concelho, que apesar de alguma aflição, também souberam controlar aquilo que inicialmente, parecia fora de controlo. Um obrigado ao executivo e um agradecimento muito especial a todos os Presidentes de Junta, que sentiram e estiveram muito próximos dos reais problemas dos seus fregueses. Desculpem a particularização, mas deixo aqui publicamente uma palavra de agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia onde resido, ao João Carlos Ferreira, e desculpem pois os dados não são fidedignos, mas penso que inclusivamente o Salar do Povo do Juncal, não tenho conhecimento de ter havido algum caso de Covid 19, o que é de saudar. Não queria deixar de agradecer também ao Presidente da Junta de Freguesia de onde sou natural, Rogério Vieira, que por questões familiares, acompanhou muito de perto as pessoas que foram vítimas desta pandemia. Não quero com isto dizer que está tudo bem. Sei que não está. E quando

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falamos em matérias tão sensíveis como a educação e a saúde, tenho plena consciência de que o caminho a percorrer se afigura bastante difícil. E aqui tenho a dizer que esse caminho se torna mais difícil, quando na verdade, os órgãos que nos governam, continuam cada vez mais afastados dos reais problemas que são os problemas da nossa população. E permitam que partilhe aqui convosco, dois exemplos que são insignificantes, mas que para mim têm muito significado. Durante estes catorze meses, as máscaras que eu utilizei, quer em casa, quer na minha profissão, ou foram compradas por mim, ou foram dadas e enviadas por este executivo. Não recebi, até ao dia de hoje, nenhuma máscara dada pelo Ministério da Educação. Mais, e já agora aproveito para partilhar, que sei que, enquanto professora vou ter direito a um computador emprestado. Aliás, nem sei se vou ter direito, porque como não sou afeta a uma escola, sei que todos os outros colegas que fazem parte do quadro já tiveram essa indicação, vão ter o computador, emprestado, mas eu não sei sequer se o vou ter. É verdade que não estive na linha da frente, com muito respeito que tenho, a todos os que estiveram, estive por detrás de uma máquina, que, como sabem, ainda mais nos desgastou e desencantou em relação à profissão que temos. Queria também, porque acho que estou atenta ao que me rodeia, agradecer também, embora já o tivessem feito aqui, porque embora não tivesse sido vacinada neste concelho, mas acompanhei de perto os meus familiares e realmente confirmo a maneira como foi tratado todo o processo. Espero sinceramente que o mesmo se repita agora na segunda fase. E porque estou atenta ao que me rodeia e continuo a querer aprender com os bons exemplos, quero enaltecer o dinamismo que o PSD tem imprimido na nossa juventude através da JSD, cuja nova equipa, e também sinto algum orgulho, porque existem alguns elementos que foram meus alunos, não lhes ensinei nada da política, mas penso que eu e os meus colegas lhes transmitimos valores que continuam a ser essenciais na política – a sinceridade, a honestidade e o respeito pelos outros. E por isso parabéns, Isa, e que tenha muito sucesso nos novos projetos que se afiguram. É uma aposta que eu acho que devia servir de exemplo para todos, que prepara o futuro e que não leva, ao contrário de outros, a recorrer ao passado para continuar vivo no presente. Deixo aqui só duas perguntas, ao executivo, uma delas é em relação à nova fase da pandemia, como é que está a pensar continuar a ajudar a população, agora que entrámos na fase de desconfinamento, e já agora, falando das obras, do betão, também é importante, em relação à Casa dos Calados, como é que está o projeto. E diga-me uma coisa, tenho ideia de que no projeto havia um acesso para o Parque Verde, vai haver ou não vai haver?."-----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, disse que queria apenas fazer menção a três assuntos, muito rapidamente. Em primeiro lugar, queria congratular o município pela promoção do microcrédito para ajudar as grandes ideias, que foi promovido conjuntamente com o Banco Comercial Português, e que irá potenciar os jovens que queiram iniciar o seu negócio, contribuindo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assim para o desenvolvimento do concelho. Em segundo lugar, disse que queria falar sobre a Semana da Juventude, através do Futurmós e da Pedagogit, para que, em tempo de pandemia, o projeto possa continuar, envolvendo os alunos. Para terminar, e relativamente ao regresso às aulas, perguntou se tem corrido bem e se a Câmara tem acompanhado o regresso às aulas, de perto, e qual o risco de contágio que tem havido nas escolas do concelho.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria tecer três ou quatro comentários acerca da informação que chegou há 2/3 dias, centrando-se apenas na parte das finanças. Começou dizendo que a informação que chegou era de todos, esperada, não trazendo grandes surpresas. As despesas totais foram mais ou menos as esperadas. Foram inferiores em relação às receitas, em cerca de oitocentos e cinquenta e cinco mil euros se se retirarem os saldos transitados do período anterior, o que quer dizer, que provavelmente neste período se atira para um *cash-flow* anual da ordem de quatro milhões de euros, e já há muitos anos que tinha interiorizado e é a sua ideia, disse, que será o nosso limite em termos do investimento que podemos fazer em cada ano, salvo se os projetos forem cofinanciados, ou apoiados externamente através de apoio bancário. No que diz respeito à execução das despesas, o que se verifica é que as despesas correntes estão relativamente consolidadas. São fundamentalmente formadas com os gastos com pessoal e aquisição de bens e serviços e ao estarem relativamente estabilizadas, não têm grandes variações e portanto a percentagem de execução é perfeitamente normal. Já no que diz respeito às despesas de capital, e como vem sendo normal, elas estão baixíssimas, sendo apresentadas com 6,46%, ou seja, sensivelmente 1/15 avos do valor previsto e uma das perguntas que disse querer fazer ao senhor Presidente é se está previsto uma diminuição do *gep*, através de obras que eventualmente estejam a ser preparadas para ser colocadas em funcionamento, ou não, e se, dada esta situação da não realização sistemática do cumprimento do investimento em orçamento, imagina que a Câmara deve ter mais de cinco milhões de euros em *cash* e bancos, disponíveis, e atendendo até à conjuntura pandémica, se está no espírito do senhor Presidente, poder apoiar novas necessidades das pessoas, do ponto de vista social, que apareçam, porque pensa que existiria margem suficiente para isso. Disse ainda que, também foi à Estrada Romana em Alqueidão da Serra e gostou do que viu, pois para si era uma obra esquecida. Relativamente à casa que lá está disse que quando foi membro da Junta teve oportunidade de ver o processo, onde estavam registadas a ADSAICA, a Câmara e a Junta, nunca se tendo chegado a saber de quem era aquilo.--

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----“Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social;-----

-----Felicitó a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal pelas comemorações do 25 de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Abril, pois cumprir Abril é também homenagear quem nos trouxe a liberdade, a mesma que devemos sempre defender. -----

-----Senhor Presidente, quando uso da palavra para elogiar ou destacar pela positiva a política deste executivo, não o faço porque sim, não o faço porque me apetece, faço-o, porque me baseio em factos concretos e também porque na rua, ouço os portomosenses. E são muitos os portomosenses que salientam o trabalho, o apoio, a dedicação, a simpatia, a proximidade, a humildade e a forma democrática como fazem política, em particular o senhor Presidente Jorge Vala. Ainda hoje, a engenheira Olga referiu a coragem política e visão do senhor Presidente da Câmara. Estas são características inquestionáveis e que estão a dar frutos e ainda darão maiores frutos no futuro. Porto de Mós, continua na senda do desenvolvimento, do progresso, da transparência, da boa gestão, equilíbrio financeiro, duma política para as pessoas e para comprovar, relembro, o recém-assinado protocolo para criação de um polo tecnológico em recursos minerais da Região Centro, apoio ao comércio local, e o sucesso do Festival Gastronómico. O prémio da Autarquia do Ano na categoria cultura e património, danças de Porto de Mós, a ARU de Mira de Aire a realizar com a participação e colaboração das opiniões mirenses, o que denota bem a política de proximidade e a forma democrática como decide. A Casa dos Calados, será uma realidade. O roteiro do Turismo Militar, Rota da Boa Memória, onde é destacada a importância histórica e no turismo militar do nosso concelho na Batalha de Aljubarrota. A requalificação da extensão de Saúde de Pedreiras e aquelas que, em meu nome pessoal, são a cereja no topo do bolo: o abastecimento de água e a continuação da realização do saneamento básico. Mas a maior obra, invisível fisicamente, mas que os portomosenses sentem na sua vida quotidiana, destaco, como sempre o fiz, a ação social. Este executivo, faz uma verdadeira política social, de solidariedade e de justiça social. Não vou elencar todas mas destaco algumas. O cabaz social, o apoio à natalidade, as políticas de combate à pobreza, o banco local de produtos de apoio, o gabinete de apoio à vítima de violência doméstica, o grupo de proteção sénior de Porto de Mós (GPS), que consagra políticas de envelhecimento ativo e teve recentemente uma reunião com os seus parceiros. -----

-----Senhor Presidente, seria de todo o interesse esta Assembleia ter conhecimento deste programa e plataforma de apoio aos nossos seniores, pois as políticas de envelhecimento ativo, no nosso concelho, são vitais, pois como sabemos a nossa população está muito envelhecida. Como provavelmente será extensa a sua apresentação, sugiro que na próxima Assembleia Municipal, seja feita esta apresentação, tal como hoje se fez a apresentação do REOT. Ainda para os seniores, destaco o programa Abem, rede solidária de medicamentos e pergunto se tem tido muita adesão. O projeto Mil Vidas, a tarifa social, a devolução do IRS, o IMI Familiar e muitas outras medidas que não vou referir, mas que os portomosenses sentem. Nunca como hoje existiu tanto apoio social e digo-o com propriedade. Um apoio planeado, pensado, eficaz e justo, com um orçamento robusto e com uma execução eficiente, e no final do dia, o município apresenta uma evolução positiva na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

boa gestão dos recursos, uma eficiência financeira e quando olhamos para o passado e quando constatamos o que ficou por fazer, quando afirmamos que afinal valeu a pena insistir. Não desistir. Valeu a pena a mudança da política, para uma política humanista, personalista e justa socialmente. Hoje Porto de Mós está diferente. Para melhor. E é assim que deve continuar. Afinal é possível apoiar de forma musculada socialmente, sem comprometer o desenvolvimento económico. É possível incentivar a Cultura e o Turismo sem beliscar o equilíbrio financeiro. Afinal é possível colocar Porto de Mós no mapa sem comprometer as políticas de boa gestão. É possível ter visão e ambição política e manter o rigor orçamental. Senhor Presidente, termino deixando um agradecimento a todos os autarcas, ao senhor Presidente, aos senhores Vereadores, aos senhores Presidentes de Junta pela sua dedicação e pela sua entrega à causa pública. Ao bem comum. Este ano foi o "annus horribilis", em que todos foram colocados à prova, com esta batalha sem rosto, mas demonstraram a vossa dedicação e o vosso amor à causa pública. Senhor Presidente, acredito que estamos no bom caminho. Este é o que deve ser seguido. Obrigada."-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, disse que queria deixar uma palavra de reconhecimento às corporações de bombeiros, e que tratando-se de um pequeno gesto de todos os membros desta Assembleia, se pretendeu realçar todo o trabalho que têm desenvolvido neste contexto mais complexo do que o habitual, demonstrando que estão preparados para lhe dar resposta. Quanto à homenagem às mulheres e sendo que, no domingo se celebra o dia da Mãe, deixar uma palavra a todas as mães e mulheres, continuando na prática a lutar pela igualdade de género, para que a mesma se torne uma realidade, havendo já grandes exemplos de esposas bombeiras, de mães bombeiras e que a cada dia se atinja essa igualdade, sendo a mesma reconhecida. Agradeceu também a quem apresentou o REOT, sendo mais um bom exemplo de um projeto inovador, que foi iniciado em 2016 pelo anterior executivo, tendo-lhe sido dada continuidade pelo atual, o que muito lhe apraz. Muitos destes exemplos têm acontecido, como foi o caso dos PIER's, a segunda fase do saneamento de Mira de Aire que já tinha sido contemplada com o financiamento dos fundos comunitários, a ALE, que tinha também os fundos comunitários aprovados, assim como a construção da Central Termoelétrica, dizendo ainda que, na altura o senhor Presidente era contra a construção da Central, esperando que tenha mudado de opinião, pois é uma obra que deixará uma marca na entrada da vila. Prosseguiu depois dizendo que, tem ouvido aqui algumas intervenções, parecendo-lhe que se referem a um outro concelho e não àquele em que vive, parecendo que é tudo um mar de rosas o que foi feito por este executivo, ficando triste, porque lhe parece que estes trabalhos ficam muito aquém. A oportunidade no futuro, é reverter aquilo que acha que está mal, pois não basta colocar nas redes sociais e nos órgãos de comunicação, as fotografias e dizer que os projetos estão em marcha, fazendo crer com o lançamento de uma coisa, que a mesma está concretizada.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse depois que “o vosso programa foi extenso, foi um programa elaborado para quatro anos, tem uma grande percentagem de muita coisa que não foi feita”, vendo-os um pouco apreensivos quanto a isso, e esperando que ainda sejam feitas algumas coisas, até ao final do mandato. Referiu depois que o senhor Presidente disse em dada altura, que o Partido Socialista tinha gasto quase um milhão de euros no ultimo ano de mandato, dos quais setecentos e cinquenta mil em arranjos urbanísticos, dizendo que já teve oportunidade de lhe explicar isso. Duzentos e cinquenta mil euros, alocados para a rotunda da Tremoceira, quando agora foram lá gastos cento e dez mil euros, só na parte decorativa, e portanto é bem evidente a diferença do tipo de obras: uns fazem para embelezar e outros fazem obras estruturantes. Disse depois que iria deixar uma nota final relativamente ao presente mandato, uma vez que se está a cinco meses das eleições, entrando-se em breve em pré-campanha e depois em campanha eleitoral, desejando que esta seja elucidativa para todos os portomosenses, e que decorra com elevação e respeito por todos e que se consiga debater aquilo de que o concelho realmente necessita. Foi um mandato que, considera que foi uma miragem. Este executivo ficará conhecido como o executivo dos miradouros, disse. Quando se fala que foram acrescidos duzentos mil euros à ação social, o primeiro miradouro construído, custou mais de cem. Para a ação social, a grande bandeira, são as pessoas, e ainda bem que foram buscar o lema do Partido Socialista há quatro anos. Mas para valorizar as pessoas é necessário que se tenha capacidade de execução. O Dr. Carvalho elucidou bem o que vai acontecer mais um ano. Está-se a cerca de 10% de execução no primeiro trimestre, e portanto vai-se ficar por volta dos 50%. Estávamos habituados a taxas de execução de cerca de 80%, disse, e vamos manter os 50%. É bem evidente a falta de capacidade de concretização. Continuou dizendo que sabe que dá muito trabalho todos os dias aparecer nas redes sociais e comunicação social, e até na própria campanha de vacinação com o empenho de todos os intervenientes, isso aconteceu, havendo muita fotografia e *muita parra e pouca uva*. A propaganda eleitoral continua a acentuar-se, dizendo que até às eleições, vamos ver mais do mesmo, o lançamento dos projetos avulso, sem critério, sem estratégia à vista, tentativa de sobrevivência política até às eleições. Esta parte, disse, concordando com o senhor Antonio Alves, é que descredibiliza os políticos porque as pessoas votam no programa eleitoral, votam nos candidatos e depois ao fim de algum tempo, vêem que foram iludidas. Temos que pensar local, temos que agir global, ter um desenvolvimento estruturado e equitativo, com sinceridade, com trabalho, sem propaganda e sem falsas promessas. É o que todos os portomosenses merecem e precisam. Terminando disse que nunca mais se falou aqui no hotel, referindo que se lembra da primeira capa do jornal, quando o senhor Presidente foi eleito, que afirmava que finalmente iria avançar o hotel, mas infelizmente não se sabe o seu estado e é pena que assim continue. Perguntou também qual a taxa de utilização que Vamós tem tido. Por fim, disse que há seis meses lhe perguntou sobre o dinheiro gasto em publicidade, brindes, avenças publicitárias, referindo ainda que se continua a ter um jornalista contratado, que seria só até dezembro, mas contínua, referindo que existem os meios técnicos para fazer as transmissões das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleias Municipais *on-line*, podendo imprimir uma dinâmica diferente para chegar à população. Terminando, disse que é importante o debate das ideias, com respeito e elevação, e que esse debate chegue a casa das pessoas, sendo esse o apelo que faz, para que nas próximas eleições se consiga essa dinâmica para envolver o máximo da comunidade.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria começar pelo fim, porque o senhor deputado David Salgueiro perguntou pelo estado do hotel, sendo esse um assunto a que ele se queria referir, esperando sinceramente, que neste mandato, isto tenha alguma evolução. Disse depois que, provavelmente é um daqueles a que o senhor Alves se referiu há pouco, devendo o seu mandato ter mais duas assembleias, não precisando que o mandem embora, pois é sua intenção não voltar a recandidatar-se, pois são quarenta e dois anos de autarca, sucessivamente. De qualquer forma, em relação ao hotel, se porventura o executivo anterior tivesse usado os duzentos e cinquenta mil euros da garantia bancária que recebeu, o problema já poderia estar resolvido. No entanto, não deixa de manter a sua preocupação, estando convencido que até ao final do mandato, aquilo deve ter alguma evolução, porque, atendendo à situação em que está a Central, até fica mal a comparação, e portanto acha que o executivo deve esforçar-se no sentido de resolver a situação o mais rapidamente, na medida do possível. Já que falou na Central, disse que gostaria que o senhor Presidente fizesse o ponto da situação relativamente a esta obra. Em relação às palavras do deputado David Salgueiro, disse que é interessante ouvi-lo falar nas questões sociais, porque se bem se lembra, nos doze anos de executivo socialista, nunca se devolveu IRS às pessoas, nunca se aprovou IMI Familiar, e são todas questões sociais. Quando o ouve agora dizer que está tão preocupado com as questões sociais, pergunta se estas não o são. Em relação ao SMOT, independentemente de, a quem devem ser atribuídos os louros, e aí o senhor Presidente da Câmara há de esclarecer, quer dizer ao senhor deputado David Salgueiro, que foi ele próprio, que, numa das anteriores Assembleias, achando o programa de tal modo interessante, pediu ao senhor Presidente da Câmara que fizesse esta apresentação. Portanto, independentemente dos louros, disse querer agradecer ao senhor Presidente da Câmara ter acedido a esse seu pedido, tendo-se ficado com uma ideia completamente diferente, daquela que a maioria das pessoas presentes nesta Assembleia tinha no dia em que aquele documento aqui foi votado. Continuou depois dizendo, que queria aproveitar para fazer aqui um agradecimento, à Câmara e à Junta de Freguesia pela forma rápida e célere como resolveram um problema do saneamento que existia na Fonte dos Marcos. Em relação à execução orçamental, disse que ele e o deputado Antonio Carvalho têm visões diferentes sobre o assunto, tendo um, uma visão mais de tesouraria e outro, uma visão mais, de execução das obras. É verdade que em termos de pagamentos nas despesas de capital tivemos oitocentos mil euros. Mas não nos podemos esquecer que temos aqui quatro milhões quatrocentos e oitenta e oito mil euros, que estão comprometidos. E isto nos primeiros três

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meses. Ora nos meses que ainda faltam, fica com a ideia que se irão aproximar do que está orçamentado. Podem é não ser todas pagas, mas se estão comprometidas é porque as obras estão em andamento.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes disse que queria fazer duas pequenas referências que têm a ver com o trabalho que foi hoje aqui apresentado, do REOT, não interessando donde é que ele partiu, mas que foi executado e desenvolvido por este executivo, sob a responsabilidade da técnica Dr^a Helena Oliveira e da equipa que com ela trabalhou. Trata-se de um trabalho de grande valor técnico que será certamente útil no futuro para o desenvolvimento do concelho, dando os parabéns a toda a equipa que o apresentou. Disse depois que, queria também deixar duas notas sobre a ARU de Mira de Aire. Disse ter estado na apresentação deste projeto reconhecendo a importância e o valor que o mesmo tem para Mira de Aire, não se podendo esquecer que Mira de Aire foi uma freguesia que no passado, teve um forte impacto económico no concelho. Agora é a altura de cuidar desta freguesia. Considera que se encontra numa boa posição estratégica, ao contrário do que muita gente pensa, estando perto de eixos rodoviários importantes, o que não se pode desvalorizar e que constitui uma mais-valia para aquela freguesia. Com a crise de habitação que existe no concelho, Mira de Aire é detentora de um património urbano com algum significado que tem que ser requalificado, podendo vir a colmatar essa dificuldade que existe no concelho.-----

-----Passou depois a fazer a seguinte intervenção:-----

-----*“Estamos prestes a terminar este mandato, 2017/2021, esta é a antepenúltima Assembleia Municipal. Um mandado de ação, de compromissos, de sentido de responsabilidade pelas pessoas e pelo concelho. Um mandato difícil pela razão que todos sabemos, em que praticamente 50% do seu período, foi absorvido por esta terrível pandemia, obrigando a alterações imprevisíveis, sendo este executivo obrigado a interromper o seu plano de ação talhado para o concelho e cuidar fundamentalmente das pessoas e das empresas. Este esforço suplementar, que todos esperamos que esteja a chegar ao fim, tem a nota positiva e foi superado com sucesso. Podemos concluir que o concelho de Porto de Mós, este executivo, os senhores Presidentes de Junta, que foram uma parte ativa, fundamental neste processo, estiveram à altura das funções adequadas com a população, revelaram que estão preparados para soluções intermédias e imprevisíveis que venham a surgir no decurso do tempo. Isto é responsabilidade e capacidade de liderança. Todos os portomosenses lhes estão gratos pelo seu trabalho, empenho e dedicação. Como vimos, durante o mandato autárquico, nem tudo são rosas. Este executivo assumiu um conjunto de compromissos com os portomosenses, em 2017, e apesar de todas as dificuldades, orgulha-se de ter cumprido mais de 80% do mesmo. Possivelmente, alguns desses compromissos que estavam previstos, não foram possíveis por diversas razões. Opções políticas, isto tem sempre maior relevância nos olhos da*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

oposição, foram promessas não cumpridas, etc., mas esquecem, todas aquelas que eram essenciais e inadiáveis e que este executivo teve de fazer, porque era urgente e necessário e que envolveram muito investimento e ação e que era talvez da responsabilidade dos anteriores, mas isso não é relevante. É o trabalho de um executivo que se preza e está a governar para as pessoas. Este executivo apresentou um plano estratégico para o concelho, que vai muito além de um mandato de quatro anos. Apostou na mudança. No desenvolvimento de um concelho que estava estagnado, na divulgação e projeção de Porto de Mós, quase invisível, na inovação e desenvolvimento tecnológico, no investimento para jovens empreendedores. Na economia e desenvolvimento empresarial. No turismo e cultura do nosso concelho, um passo gigante. Na requalificação urbana das zonas degradadas de Mira de Aire e Porto de Mós. Na requalificação do património do concelho. Nas infraestruturas essenciais, como saneamento, em zonas, totalmente a descoberto e água a 100% no concelho. Na ação social e na educação. No apoio e partilha com as Juntas de Freguesia como nunca visto. O objetivo, foi transformar o concelho, e colocá-lo na rota dos concelhos mais desenvolvidos e com maior impacto para se viver. Muito disto, já foi conseguido. Hoje, a procura pelo nosso concelho, tanto para visitar, como para viver, é exponencial. Porto de Mós, neste momento, já é conhecido pelas melhores razões, no País e no mundo. Isto contraria em tudo, o que é dito pela oposição e futuros candidatos, que Porto de Mós está a perder qualidade, a baixar nos rácios de governação, de execução, etc. Tudo pura demagogia. Todos os indicadores económicos são favoráveis a este executivo. Vejamos os resultados e gestão financeira que nos é apresentada regularmente. Reparem, quem é distinguido com prémios de boa gestão e reconhecimento de Autarquia do Ano. Só trinta a nível nacional, e Porto de Mós é um deles. Meus caros, vamos dar valor a quem o tem. Este executivo merece o reconhecimento pelo excelente trabalho que tem desenvolvido. Este executivo está disponível para continuar o seu plano estratégico que idealizou para o concelho. Este executivo está determinado em renovar o seu mandato e reforçar a aposta da grande marca de Porto de Mós."---

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes. Começou por dizer que queria pedir desculpa à **Isa Vala**, porque não respondeu à pergunta que esta colocou sobre o microcrédito, passando a fazê-lo agora, dizendo que se trata do produto de um banco, que está direcionado para jovens empreendedores, podendo, no entanto, também sê-lo para qualquer tipo de empreendedor, independentemente da idade. Trata-se de um produto tipificado em *scoring*, que de alguma forma, valida a qualidade do projeto. Tem essa diferença dos restantes produtos bancários. Não é o risco da pessoa, mas é o risco do projeto que tem associado, e que pode financiar até vinte e cinco mil euros, e que o Millennium BCP está a fazer junto de todos os Municípios que têm espaços de empreendedorismo, como é o caso de Porto de Mós. No que diz respeito à intervenção do senhor deputado **Félix dos Reis**, disse que de facto a feira das velharias e dos produtos locais, retomaria no próximo domingo, sendo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

previsível que se estenda até ao final do dia, mas estando ainda a aguardar a nota final por parte do Governo. No que se refere às demolições disse que neste momento em Mira de Aire, o Município está a aproveitar as pedras. Também na Corredoura, na entrada da Rua das Quintas, o Município adquiriu um imóvel, tendo procedido a parte da sua demolição, sendo a outra parte para reabilitar e fazer ali um parque de lazer, onde serão aproveitadas as cantarias que foram removidas daquela edificação. Quanto à intervenção de **Cristiana do Rosário** que agradece reconhecido, em seu nome e do Município e de todos os portomosenses, dado que se trata de uma das pessoas que tem estado na linha da frente, desde a primeira hora, e merece esse reconhecimento, o que nem sempre acontece nesta sala, até porque hoje, já aqui ouviu dizer que, aquilo que se coloca sobre a vacinação é para a fotografia. Não é para a fotografia, disse, é também uma forma de reconhecer os profissionais de saúde. Sobre a questão colocada pelo deputado **Joaquim Santiago**, disse que foi adquirido *tout venant* em quantidade para fazer esses trabalhos no Juncal e também noutras áreas. Foi aqui colocada ainda a questão da limpeza das faixas de acordo com o PMDFCI, dizendo que o Juncal está incluído. Disse ainda que não se pode trazer *tout venant* quando chove, e quando isso acontece, tem que se parar. Para além disso, o ICNF retirou a máquina durante duas semanas, estando à espera de concluir Mira de Aire, para depois se ir para o Juncal. O Juncal é uma situação que está identificada e vai ser tratada. Neste momento, disse, estamos a fazer as faixas do PMDFCI, estando a concluir a freguesia de Alqueidão da Serra, no que diz respeito às faixas. Na próxima semana começar-se-á em Alcaria. Os sapadores de Serro Ventoso, já começaram, no limite da freguesia na zona de S. Bento e vêm para a freguesia para fazerem as faixas, salientando que esta equipa ficou reduzida por força de despedimentos. Sobre a questão que colocou a **Goreti Domingues**, disse achar que todos temos aprendido muito com a pandemia, até porque isto mudou a forma de viver, de governar, e de estar, e até de nos considerarmos, porque quem não reconhece as dificuldades, por exemplo, em gerir qualquer organismo, é porque não está a viver de facto, as dificuldades da pandemia, que são muitas. Nós convivemos com elas todos os dias, até porque temos de lidar com as preocupações das pessoas, e é sempre na tentativa de responder às preocupações da população que nós aqui estamos. O que disse a Goreti não foi bem interpretado, quando agradeceu ao seu Presidente de Junta pelo empenho que teve nas situações de pandemia na freguesia de Juncal, e quando depois referiu que o Solar do Povo não teve casos de Covid. De facto, esta situação do Solar do Povo não ter tido casos, não tem a ver com a Junta de Freguesia, nem com a Câmara. Teve a ver com os profissionais, com a direção e com o empenho e cuidado que todos tiveram, dentro e fora da Instituição. O Município, relativamente às instituições, cedeu, sempre que necessário, testes, cedeu equipamentos de proteção individual, e vai continuar a fazê-lo, e esta é a resposta que estamos a dar às IPSS's, sem prejuízo de estarmos a equacionar voltar a atribuir um "bolo", com algum significado, para que todas as instituições, não apenas de caráter social, mas culturais, desportivas, e também os bombeiros voluntários, possam ter o seu apoio, ao nível do que foi feito o ano passado. Sobre a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Casa dos Calados, disse que está neste momento adjudicada, indo a obra iniciar-se entretanto. O projeto foi feito pelo arquiteto Rafael Calado, que é da família dos proprietários da Casa, e tem efetivamente um acesso ao Parque Verde, estando também previsto um parque de estacionamento. Sobre a questão colocada pelo **João Cerejo**, sobre o regresso às aulas, disse que foi normal, tendo havido a necessidade de testar duas turmas em Mira de Aire. Felizmente estes casos, tiveram todos resultados negativos e em pouco tempo, voltámos à normalidade. Sobre a questão colocada pelo **Dr. Antonio Carvalho**, disse que de facto, em relação ao ano passado, é o dobro, mas também não é habitual em despesa de capital paga, no primeiro trimestre, haver execuções muito significativas. Olhando para o compromisso, são 4,5 milhões de euros de compromissos, o que quer dizer que as obras estão lançadas, que vão iniciar-se, ou já se iniciaram, estando em crer que, tendo neste momento um terço de compromissos, e que serão lançadas mais obras, que a execução será substancialmente diferente daquela que os senhores estão a prever. Quanto aos apoios sociais disse que já respondeu, e quanto à Estrada Romana, também já foi falada. Agradeceu depois as palavras de **Olga Silvestre**. Sobre a questão colocada pelo senhor deputado **David Salgueiro**, disse que este é um ano que ninguém pode ignorar. É um ano de pandemia, um ano difícil. Mais de um ano, disse, que estivemos a lutar a dois níveis, acreditando que se o senhor deputado *“estivesse no seu lugar, provavelmente as famílias estavam ignoradas e continuava-se a pintar as estradas de preto. Queria dizer-lhe, que de facto em 2016, iniciou-se o REOT, mas em novembro de 2017, não estava nada feito. Sobre os PIER's, que foram iniciados em 2012, quando chegámos, disse, estavam no início. Estão concluídos e publicados. Sobre a ALE, estava efetivamente uma coisa aprovada, a aprovação de um financiamento, que até tinha condicionada uma avaliação de impacto ambiental, e ninguém sabia. Estava aparentemente escondida. Essa avaliação de impacto ambiental era do conhecimento, porque a Câmara Municipal perguntou à Agencia Portuguesa do Ambiente, se a podia dispensar, e a resposta da APA, foi que não. E a Câmara ainda assim ignorou. Porquê? Porque foi em 2017 e não dava jeito. Aquilo que este executivo fez, foi comprar os terrenos todos (não estava nem um, comprado), 1,2 milhões de euros de terrenos. Concluir o Plano de Pormenor, que estava iniciado. Fizemos e aprovámos o projeto. E finalmente, foi tudo, praticamente ao mesmo tempo, a avaliação de impacto ambiental e a consequente DIA, que ainda não a temos. E portanto, aquilo que me foi deixado, foi aquilo que eu vos estou dizer, não foi mais nada. Foi efetivamente a aprovação de um financiamento sobre a ALE. Relativamente à rotunda da Tremoceira, tire metade do valor que disse, porque ela custou sessenta mil euros, e eu acho que aquilo que lá estava é que não era digno de uma entrada de Porto de Mós. Sobre a questão da Central Termoelétrica, também tem história. Eu de facto disse, mais de uma vez, que não era uma obra prioritária. Mas o senhor tem de reconhecer que eu disse aqui mais de uma vez, que uma das coisas que eu nunca faria, era esbanjar dinheiros públicos. E estavam lá gastos, trezentos mil euros. Esses trezentos mil euros, foram para instalação do estaleiro e para demolir o que havia para demolir. Depois o empreiteiro, no*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*início do ano ou no final do ano, 2016/2017, disse que não fazia mais se não aceitassem um projeto. E o anterior executivo, empurrou para o próximo executivo. Levou a reunião de Câmara, duas vezes, pelo menos, e na última reunião de Câmara disse, o próximo executivo que resolva. E sabe o que é que o próximo executivo fez? Este! Resolveu. Resolveu, mandando o empreiteiro que lá estava embora, que andava a criar-nos problemas, sujeitando-nos a ter que devolver o dinheiro dos fundos comunitários que tínhamos recebido. Lançámos um concurso, pusemos outro empreiteiro a fazer a obra, apanhámos a pandemia ainda assim, e ontem mesmo, recebemos da CCDR um documento a dizer assim: "o Município de Porto de Mós, pela boa execução da PARU (ou seja, a requalificação da Central Termoelétrica), recebe um prémio de quinhentos e quarenta e um mil euros, trezentos e trinta e um e vinte e oito" . Volto a dizer, recebemos um prémio, de quinhentos e quarenta e um mil euros, porque fazemos. Aquilo que o anterior executivo não conseguiu." Continuou dizendo que "estes foram os projetos todos que nos deixaram. Aliás, deixaram mais um, curiosamente, que nós fizemos, que foi o tal miradouro da Corredoura. Estava o projeto feito e aprovado nas Estradas de Portugal. E nós fizemo-lo, sabe porquê? Aquilo não é um miradouro. Aquilo é uma obra importantíssima para fazer a ligação de um buraco que ali estava, para poder permitir pedonalmente que as pessoas se liguem. Porque não havia. Como os senhores querem criar caso em tudo o que nós fazemos, passamos a ser, por termos feito aquela intervenção, uma intervenção importantíssima sob o ponto de vista da segurança rodoviária, devidamente aprovada pelas Estradas de Portugal, os senhores entendem que, o que de facto ali está é um miradouro, que não vale nada. Sobre a questão do hotel, então é surreal. O senhor enganou-se no Presidente da Câmara que o prometeu. Este Presidente da Câmara não o prometeu e eu estava na Assembleia Municipal quando o Presidente da Câmara ou o Vice Presidente o prometeu, e até era para o Euro 2004. Eu nunca o prometi." Sobre a taxa de utilização do Vamós, disse que se trata de um projeto de mobilidade urbana, que permitiu integrar uma candidatura, um concurso da Comunidade Intermunicipal para passarmos a ter ofertas diferentes de serviço público de transportes. Este transporte vai ser estendido a outras freguesias, vai ser otimizado no seu horário e vai servir outro tipo de população. Disse ainda não ter números agora, e como sabe, este tempo de pandemia exigiu a interrupção de muitos serviços, e este não foi exceção, e portanto, temos de compreender que a questão do Vamós, é muito mais por aquilo que ele pode prestar de serviço, e presta, sabendo que há muitas pessoas que vão visitar os seus familiares, por exemplo, ao Lar da Cruz da Légua, mas também que vão às compras, existindo um conjunto de pessoas que vão utilizando o Vamós. Sobre a questão do jornalista contratado, disse que este jornalista servia para o anterior executivo, porque foi convidado. É uma pessoa de cá, é uma pessoa que gosta de Porto de Mós, e que está a fazer um serviço importante para o Município de Porto de Mós, e vai continuar até ao final do contrato, que é em outubro. Sobre a questão levantada por **Antonio Pires**, disse que, sobre o hotel já respondeu. Acerca da Central, disse que a reprogramação foi feita até final de setembro. O saneamento da Fonte dos Marcos é uma obra do Município, mas era uma obra necessária, aliás,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquelas casas estavam servidas mas tinham interrupção, não podendo ligar. Agradeceu depois a **Gabriel Vala** pelas suas palavras.

David Miguel Feteira Salgueiro, pediu o uso da palavra nos termos do Regimento para defesa da honra, tendo a Presidente da Mesa da Assembleia dito que não foi posta em causa a honorabilidade de ninguém. David Salgueiro prosseguiu, dizendo que o senhor Presidente da Câmara, pôs em causa, que o seu cuidado a ter com as pessoas, é inferior ao que teria com as estradas, sentindo que a sua honorabilidade pessoal está em causa. Disse não admitir ao senhor Presidente da Câmara que ponha em causa o respeito e cuidados que ele tem com as pessoas, colocando em causa, os valores e princípios que lhe foram inculcados desde sempre, honorabilidade e respeito pelas pessoas. O senhor Presidente da Câmara afirmou que não disse nada disso, e que o que disse está gravado.

PERIODO DA ORDEM DO DIA:

1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:

Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia passou a dar algumas informações rápidas aos deputados municipais, nomeadamente referindo a ausência do deputado municipal Júlio João Carreira Vieira, cuja falta foi considerada justificada pela mesa e que foi substituído por Félix Correia dos Reis e ainda Mário Alberto Rosa da Cruz, que não compareceu por motivos de saúde, tendo a falta igualmente sido justificada. Passou depois a agradecer a todos os profissionais de saúde, nomeadamente aos enfermeiros, que têm estado no concelho de Porto de Mós, na linha da frente, no âmbito da vacinação, pela sua competência e pelo modo como têm desempenhado essas funções. Agradeceu ainda a todos os outros intervenientes em todo este processo.

2. Pedido de adesão à Associação Cluster Portugal Mineral Resources:

O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o ponto supramencionado, que foi presente e aprovado em reunião de Câmara de 18.03.2021, e que a seguir se transcreve:

“Considerando que a Associação Cluster Portugal Mineral Resources, tem como missão promover o conhecimento e a valorização económica sustentável dos recursos minerais, dinamizando a capacidade exportadora e o valor acrescentado do Setor, quer através do aprofundamento do conhecimento do potencial económico dos recursos, quer da promoção da I&DT+I, da melhoria das condições de investimento produtivo e de acesso a mercados, e ainda, através do aumento das competências (técnicas, tecnológicas e de gestão) e do estímulo da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cooperação interempresarial e interinstitucional.-----

-----Considerando que esta Associação visa afirmar o sector dos recursos minerais como ativo estratégico para o desenvolvimento sustentável da economia portuguesa, intensificando a sua vocação exportadora e de internacionalização e a capacidade de criação de valor acrescentado e que tem como objetivos:-----

- 1. Produzir conhecimento e induzir a inovação; -----
- 2. Promover a criação de valor e internacionalizar;-----
- 3. Promover a eficiência no uso dos recursos;-----
- 4. Capacitar os atores do Cluster; -----
- 5. Reforçar sinergias entre sectores de atividade. -----

-----Considerando que o Município de Porto de Mós reconhece o papel proactivo e essencial das incubadoras de empresas no desenvolvimento de projetos em rede criados para estimular o empreendedorismo e a inovação a nível nacional, regional e local;-----

-----Considerando que está em curso a implementação de uma incubadora de empresas com vista à dinamização e expansão do tecido empresarial, com impactos quer a nível nacional, regional e local.-----

-----O Município de Porto de Mós reconhece que a adesão à Associação Cluster Portugal Mineral Resources na qualidade de sócio efetivo, nos termos dos seus Estatutos é um passo essencial no processo de implementação desta nova realidade com vista a potenciar o investimento e competitividade dos recursos minerais.-----

-----Esta adesão implica o pagamento de uma quota no valor de 500,00€ (quinhentos euros), nos termos determinado pelo artigo 5.º dos Estatutos da Associação.-----

-----Assim, tendo em conta que os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, conforme se encontra plasmado na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara Municipal delibere nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal e do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, submeter à Assembleia Municipal a adesão do Município de Porto de Mós à Associação Cluster Portugal Mineral Resources, bem como, a aceitação dos Estatutos e respetiva Ficha de Sócio, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante da presente proposta."-----

-----Esta Associação tem um conjunto de características ligadas ao setor dos recursos minerais, disse o senhor Presidente da Câmara, integrando connosco o polo do Centro Tecnológico e uma das razões da adesão a esta associação é também essa. Uma parte dos empresários do concelho fazem também parte desta associação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Usou da palavra para tecer algumas considerações sobre o assunto, referindo que o *cluster* é um dos elementos de competitividade da economia portuguesa, pelo que acha que à partida, o projeto deve ser uma coisa aliciante, sendo um projeto a apoiar.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Disse ser importante valorizar este projeto e tudo o que tem a ver com os recursos minerais do concelho, o apoio às empresas dos diversos setores que estejam envolvidos nestes recursos. Portanto tido o que puder ser feito com este objetivo, é progresso e valorização para o concelho de Porto de Mós, desde que não se coloquem em causa as pessoas e as condições ambientais e naturais, que são das maiores riquezas deste concelho.-----

-----O senhor Presidente usou da palavra apenas para dar uma pequena nota, dizendo que o *cluster* está sedado em Pero Pinheiro e portanto é um projeto que nasceu em torno dos empresários de todo o País e tem na sua componente científica a Universidade de Évora. É um projeto de âmbito nacional, e até por força das reuniões que tem havido, o *cluster* está também a integrar aqui, o Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, que de alguma forma também está ligado a este recurso mineral. O *cluster* passa a integrar aquele que será o projeto do Centro Tecnológico da Região Centro, que tem na sua componente também a investigação da área das argilas. Vamos também dar resposta às preocupações de sustentabilidade quer ambiental quer económica da área do barro, um setor também importante da economia do nosso concelho.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Pedido de adesão à Associação Cluster Portugal Mineral Resources** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. Contratos Interadministrativos para as Freguesias Ano de 2021:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o ponto supramencionado, que foi presente e aprovado em reunião de Câmara de 01.04.2021, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que a delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico da delegação de competências dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, a qual se concretiza através de Contratos Interadministrativos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 120.º da mencionada lei, podendo os mesmos efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proximidade e do apoio direto às comunidades locais;-----

-----*Considerando que os Contratos Interadministrativos visam regular as relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública local uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências;*-----

-----*Considerando que a negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos;*-----

-----*Considerando que a par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Contratos Interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo;*-----

-----*Considerando ainda que:*-----

-----*1. Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;*-----

-----*2. Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;*-----

-----*3. As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º;*-----

-----*4. A celebração do presente Contrato é uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações, aproximando as decisões dos cidadãos, promovendo a coesão territorial e reforçando a solidariedade interregional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a racionalização dos recursos disponíveis;*-----

-----*5. Já ficou demonstrado em mandatos anteriores, que a delegação de competências não configura qualquer aumento da despesa pública global, aumentando sim a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos;*-----

-----*6. Num contexto de escassez de recursos, é importante rentabilizar os meios disponíveis, num pressuposto de cooperação, solidariedade, co-responsabilização, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;*-----

-----*7. A delegação de competências deve ser acompanhada da transferência dos meios*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessários ao seu adequado exercício;-----

-----8. Propõe-se assim, ao abrigo da legislação acima referida, a aprovação da Minuta dos Contratos Interadministrativos com as freguesias para o ano 2021."-----

-----O senhor Presidente disse ainda que se trata dos contratos interadministrativos com as freguesias, os valores são idênticos e os critérios também, estando a falar de duzentos e setenta e cinco mil euros para despesa de capital que são transferidos para as freguesias, dentro de um princípio de acordo que foi estabelecido no início do mandato.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Contratos Interadministrativos para as Freguesias Ano de 2021** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**4. Nomeação Revisor Oficial de Contas (ROC) para a Certificação Legal das Contas do Município de Porto de Mós dos anos de 2021 e 2022, por um período de um ano (maio de 2021 a abril de 2022) – Proposta:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o ponto supramencionado, que foi presente e aprovado em reunião de Câmara de 01.04.2021, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que o contrato com o Revisor Oficial de Contas (ROC) do município termina no próximo dia 30 de abril de 2021;-----

-----Considerando que, por força do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, a redação dada pela Lei 51/2018, de 16 de agosto, o Município é obrigado de ter as suas contas certificadas de acordo com a legislação em vigor, por revisor que será nomeado de entre revisores oficiais de contas ou de sociedades de revisores oficiais de contas.-----

-----A este auditor externo compete:-----

-----a) Certificação legal das contas do Município de Porto de Mós de acordo com a legislação em vigor;-----

-----b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;-----

-----c) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;-----

-----d) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;-----

-----e) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informação sobre a respetiva situação económica e financeira;-----

-----f) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela Assembleia Municipal;-----

-----g) Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei.-----

-----No sentido de dar cumprimento à legislação aplicável e no âmbito das minhas competências determinei, por meu despacho de 15/03/2021 a consulta ao mercado destinado a contratar a prestação de serviços de certificação legal de contas municipais nos anos 2021 e 2022. Desta consulta resultou apresentação de proposta por parte de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, representado por José Joaquim Marques de Almeida, Revisor oficial de Contas inscrito na respetiva ordem sob o n.º 571, com um preço global de 4.800,00 € (quatro mil e oitocentos euros), acrescido de IVA, para os 12 meses de prestação dos serviços em apreço.-----

-----Embora os trâmites processuais tendentes à contratação do profissional estejam realizadas impõe-se que seja a Assembleia Municipal a nomear o referido auditor externo, em consonância com o preceituado no n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, condição para que possa ser subscrito o respetivo contrato de prestação de serviços.-----

-----Tendo em conta tudo o atrás arrazoado, proponho:-----

-----Delibere a Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal, para os efeitos preceituados no artigo 77.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na redação da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, e nos termos da aliena ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a nomeação do Auditor Externo de Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representado por José Joaquim Marques de Almeida, inscrito na ordem respetiva ordem sob o número 571, para os exercícios de 2021 e 2022 (período compreendido entre 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2022).-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Contratos Interadministrativos para as Freguesias Ano de 2021** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Concessão de Exploração da Cafeteria do Parque Almirante Vitor Trigueiros Crespo - Parque Verde da Vila – Proposta:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o ponto supramencionado, que foi presente e aprovado em reunião de Câmara de 01.04.2021, e que a seguir se transcreve:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"Relativamente ao assunto em epígrafe, recentemente a entidade concessionária da Cafeteria do Parque Almirante Vitor Trigueiros Crespo – Parque Verde rescindiu o contrato de concessão que a ligava ao município.-----

-----Neste âmbito, e na prossecução das atribuições que estão cometidas a esta Instituição, artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se necessário proceder à concessão do espaço público para a exploração das instalações em epígrafe, submete-se à consideração superior a proposta que tem como objetivo o seguinte:-----

-----1. Identificação do Concurso:-----

-----1.1. Concurso Público sem publicidade para a concessão da exploração da cafeteria, sita no Parque Almirante Vitor Trigueiros Crespo – Parque Verde, com área de 214,82 m² sendo 100,05 m² de recinto fechado e 114,77 m² para esplanada, por um período de 15 anos ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º, da alínea a) do n.º 1 do art.º 21 e do n.º 1 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro);-----

-----1.2. O preço mínimo mensal da renda nos três primeiros anos será de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não sendo aceites propostas de valor inferior;-----

-----1.3. Nos anos 4.º ao 15.º, o valor da renda será atualizado anualmente em função do coeficiente apurado pelo Instituto Nacional de Estatística, para as rendas dos estabelecimentos comerciais;-----

-----2. Escolha do tipo de procedimento:-----

-----Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e do n.º 1 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), solicita-se autorização para aplicação do "Procedimento com Concurso Público", em conformidade com os artigos 130.º a 139.º do mesmo diploma.-----

-----3. Entidade Adjudicante:-----

-----A entidade adjudicante é o Município de Porto de Mós, sito na Praça da República – Porto de Mós, com contacto telefónico 244 499600 e com sítio na internet em www.municipio-portodemos.pt.-----

-----4. Prazo de Concessão e sua renovação:-----

-----4.1. O prazo da concessão é de 3 anos, a contar da data da assinatura do contrato, podendo nesse período ser denunciado, a todo o tempo, por qualquer das partes, por motivos devidamente justificados, desde que comunicado com antecedência mínima de 60 dias por carta registada com aviso de receção.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**4.2.** Se não houver denúncia nos termos do número anterior, considera-se o contrato automaticamente renovado por um período de 2 anos até a um máximo de 6 renovações (total de 12 anos);-----

-----**5. Período de Funcionamento:**-----

-----O horário de funcionamento será definido pelo concessionário dentro do período das 8h00 às 02h00, podendo ser ampliado até às 4h00, em dias festivos e após proposta do concessionário e acordado pela Câmara Municipal que emitirá a devida licença de ruído.-----

-----**6. Habilitações dos Candidatos:**-----

-----Apenas são permitidas propostas de pessoas coletivas ou singulares, legalmente habilitadas para o exercício da atividade de "cafés" ou "pastelarias" e "casas de chá", com CAE 56301 e 56303, respetivamente.-----

-----**7. Equipamento:**-----

-----**7.1.** A entidade adjudicante apenas fornece o equipamento existente no local que constará em documento anexo ao caderno de encargos a elaborar para este procedimento. Que deverá ser mantido em perfeito estado de limpeza, conservação e funcionamento pelo concessionário.-----

-----**7.2.** O restante equipamento, incluindo o equipamento da esplanada em espaço aberto fica a cargo do concessionário, cujo modelo e qualidade dever ser contemplado na proposta em análise.-----

-----**8. Caução:**-----

-----É exigível a prestação da caução nos termos do n.º 3 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro);-----

-----**9. Critério de adjudicação para Concessão:**-----

-----**9.1.** As propostas dos concorrentes serão analisadas e avaliadas tendo em vista a apreciação do mérito absoluto das propostas individualmente consideradas, em ordem a verificar em que medida cada uma dá resposta aos critérios de análise, sendo posteriormente hierarquizadas por ordem decrescente de mérito;-----

-----**9.2.** O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, ponderando-se os seguintes fatores, por ordem decrescente de importância:-----

-----**9.2.1.** Qualidade do projeto de estratégia hoteleira (Qualidade dos serviços a oferecer); Organização/Decoração dos espaços/qualidade do equipamento a instalar) - 40%;-----

-----**9.2.2.** Renda mensal proposta - 30%;-----

-----**9.2.3.** Equipa a afetar à exploração do estabelecimento, com qualificação profissional comprovada no ramo da restauração, incluindo os responsáveis pela gestão e exploração do estabelecimento - 30%;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**9.3.** A classificação final de cada proposta é obtida através da aplicação da seguinte fórmula:-----

----- $Cfp = 0,40 \times Qp + 0,30 \times Rmp + Eq \times 0,30$, onde:-----

-----Cfp – Classificação final da proposta; -----

-----Qp – Qualidade do projeto de estratégia hoteleira;-----

-----Rmp- Renda mensal proposta; -----

-----Eq- Equipa a afetar à exploração do estabelecimento.-----

-----**10.** Nomeação do Júri:-----

-----Tomando-se necessário, nos termos dos art.º 67 n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, proceder à nomeação do Júri a quem compete a realização de todas as operações do concurso, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de Constituição:-----

-----**Membros efetivos:**-----

-----Presidente: Rogério Nunes, Chefe de Divisão Financeira, RH e G. Administrativa;-----

-----1º Vogal: Ester Maria Assis Macedo Vieira, Chefe de Divisão de Planeamento e Licenciamento Urbano; -----

-----2º Vogal: Marco Aurélio Carreira Amaro, Técnico Superior.-----

-----**Membros suplentes:**-----

-----1º Vogal: Vânia Matos Batista, Técnica Superior;-----

-----2º Vogal: Marina do Carmo Carreira, Técnica Superior.-----

-----Face ao exposto, coloca-se à superior consideração do Sr. Presidente, o envio da **presente informação à Reunião de Executivo Municipal, para que possa analisar a proposta e remeter a Sessão de Assembleia Municipal para que este órgão autorize a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais, conforme previsto na alínea p) no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 05 de setembro.**-----

-----O senhor Presidente referiu que a entidade que explorava aquele espaço no Parque Verde cessou o contrato com o município, e aquilo que nos compete é lançar novo procedimento para que aquele espaço importante da vila de Porto de Mós, possa ser reativado com a maior brevidade possível, disse.-----

-----**Norberto António Ferreira do Nascimento Feteiro (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra, perguntou o que é que estava a votação, o concurso ou o regulamento do concurso.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----No uso da palavra disse que se trata de um espaço agradável, sendo uma pena estar fechado e achando ser urgente a sua reabertura a fim de dinamizar e potenciar o Parque Verde.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara esclareceu que aquilo que se está aqui a aprovar é uma proposta para a abertura de um procedimento.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -
5. Concessão de Exploração da Cafeteria do Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo - Parque Verde da Vila – Proposta – aprovado por unanimidade.-----

-----**6. PIER do Núcleo de Exploração Extrativa de Pé da Pedreira - Proposta Final:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o ponto supramencionado, que foi presente e aprovado em reunião de Câmara de 01.04.2021, e que a seguir se transcreve:-----

-----“No âmbito da elaboração do PIER do Núcleo de Exploração Extrativa de Pé da Pedreira, findo que é o período de Discussão Pública, durante o qual foram registadas duas participações, leva-se à apreciação do órgão executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de Plano, já acompanhada da respetiva Declaração Ambiental.-----

-----Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal, conforme o artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, os seguintes pontos:-----

-----1. Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----

-----2. Publicitação dos resultados da Discussão Pública, nomeadamente, meios e datas;-----

-----3. Resposta aos participantes na Discussão Pública, nomeadamente, meios e datas;-----

-----4. Submissão da Proposta do PIER do Núcleo de Exploração Extrativa de Pé da Pedreira à apreciação da Assembleia Municipal.-----

-----5. Os elementos do Plano, incluindo o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Declaração Ambiental, encontram-se disponíveis em <https://www.municipio-portodemos.pt/pages/1501>.-----

-----À consideração superior.”-----

-----Em relação a este PIER o senhor Presidente disse que na altura este ficou de fora, tendo os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Bento e de Arrimal/Mendiga proposto um aumento de área da exploração de lajes e de pedra de calçada. Tendo o ICNF aceite as propostas das freguesias, importante sob o ponto de vista da exploração. Tendo esta propostas sido aceites no âmbito da consulta pública, foi esse facto que atrasou o processo que hoje aqui está presente. Trata-se de um processo importante, que foi iniciado em 2012 e concluído, agora. Nunca é tarde embora tenha demorado quase dez anos, mas acaba por ser um processo fundamental para regular, sob o ponto de vista de quem explora, toda a sua atividade. Nalgumas circunstâncias,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse achar que “podíamos ter sido mais ambiciosos, mas a ambição, quer dos empresários quer do município, desde o início, foi sempre muito condicionada por fatores que são diferentes no pensamento, daquilo que nós ambicionávamos.” Continuou dizendo que todo o processo foi muito condicionado pelo ICNF, e que quando estiver concluído, somos o primeiro território do Parque Natural, com planos de exploração aprovados, e isto é significativo, porque é sinal de que foi um trabalho bem feito, em pareceria com a Assimagra, que custeou estas despesas. Mas é um trabalho que não termina aqui, até porque existe a ambição definir um PIER para o Alqueidão da Serra, na exploração de calçada, e eventualmente outras situações que podem ter que ver com o futuro próximo, do pensamento de exploração no território do Parque Natural. Este processo vai continuar a ser trabalhado em parceria com a Assimagra e com os senhores empresários. Este é um processo, que tem muito, nos tempos de hoje, da parte dos empresários, na sua base, critérios de sustentabilidade ambiental e por isso o Centro Tecnológico é tão importante aqui, para se poder dar corpo à economia circular. Os resíduos que saem da extração, na sua maioria são excedentes, e tem que se lhe fazer acrescentar valor na economia. As recuperações têm também de acompanhar a extração. Hoje, os empresários do setor, têm um pensamento muito evoluído ao nível da sustentabilidade ambiental, e sendo assim, ficam mais fáceis as parcerias, até com o ICNF. Porque sempre entendemos que a exploração de recursos minerais é um dos fatores económicos do concelho de Porto de Mós, com maior importância, sendo eles que acrescentam muito valor à nossa economia, estamos cientes que ainda se pode evoluir muito, neste princípio de parceria com a Assimagra, os empresários, e os vários municípios do território do Parque Natural que estão associados a estes PIER's, nomeadamente Rio Maior, Santarém e Alcobaça.-----

-----**Tiago Manuel da Costa Rei (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse querer agradecer o terem considerado a proposta que a Junta de Freguesia apresentou, em sede de discussão pública, porque senão não se iria conseguir ter ali uma zona de exploração.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -

6. PIER do Núcleo de Exploração Extrativa de Pé da Pedreira - Proposta Final – posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**7. Proposta de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de Autocaravanismo:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra passou a dizer que se trata de mais um processo concluído, que visa regular a atividade de autocaravanismo, no concelho de Porto de Mós, passando a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

01.04.2021, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal de Porto de Mós deliberou em sua reunião ordinária de 04 de dezembro de 2019, dar início ao procedimento para a elaboração do "Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de Autocaravanismo".-----

-----A Câmara Municipal de Porto de Mós, em sua reunião ordinária de 10 de dezembro de 2020, determinou a abertura de um período de discussão pública relativamente ao "Regulamento Municipal par ao exercício da atividade de Autocaravanismo".-----

-----A discussão pública se fixou em 30 dias úteis a contar da data da publicação do respetivo Edital no Diário da República, o qual teve início a 26 de janeiro de 2021, conforme Edital n.º 140/2021;-----

-----Decorrido o prazo de discussão pública não foi rececionado qualquer contributo que pudesse ser acolhido para inserir no referenciado projeto de regulamento.-----

-----Em face do atrás aludido, proponho que o projeto de regulamento seja submetido à próxima reunião do órgão executivo nos termos e ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação, para posterior aprovação pela assembleia municipal, órgão que detém a competência para o efeito, conforme consagrado na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, cujo projeto de regulamento se anexa."-----

-----**João Guilherme Cerejo dos Santos (PSD):**-----

-----Usou da palavra para perguntar, relativamente à taxa de utilização, como seria cobrada e também quanto à gestão do espaço, se serão as Juntas de Freguesia ou o próprio Município a gerir. Terminando, disse que trata de uma medida ótima para atraís mais pessoas de fora do concelho e para promover a prática do turismo no concelho de Porto de Mós.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que, tal como está definido no regulamento, os serviços da Câmara podem explorar diretamente, havendo ainda a hipótese de protocolar com a Junta de freguesia ou com Associações sem fins lucrativos, essa mesma exploração.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -

7. Proposta de Regulamento Municipal para o Exercício da Atividade de Autocaravanismo – posta a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----**8. Constituição da Cooperativa "Rede Cultura 2027" - Parecer do Tribunal de Contas:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal do teor do acórdão nº 7/2021 do Tribunal de Contas, referente à constituição da Cooperativa Rede Cultura 2027, que veio chumbar o projeto que os 26 municípios que a integram ambicionavam de conquistar a Capital da Cultura em 2027, para Leiria. Os 26 municípios ficaram surpreendidos, com o parecer do Tribunal de Contas sobre esta matéria, mas não obstante, continuam a procurar-se soluções, de forma a levar por diante este projeto, estando a solução à beira de ser encontrada.-----

-----**9. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar que este ponto se refere às situações de contratos que passaram de 2020 para 2021 e de 2021 para anos seguintes, conforme informações que foram submetidas a reunião e Câmara e das quais se dá agora conhecimento a esta Assembleia Municipal.-----

-----**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS - ANO 2020 E SEGUINTE:**-----

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária realizada a 06-12-2019, conceder autorização prévia à Câmara Municipal, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior.-----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 16 de janeiro de 2020 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.--
-----Face ao exposto, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2020, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 07-11-2020 a 31-12-2020.-----

Data	Designação	Montante		
		2020	Anos Seguintes	Total
10-11-2020	Aquisição de fruta diversa para o regime de fruta escolar – Ano letivo 2020/2021	3.560,46€	6.656,50€	10.216,96€
11-11-2020	Serviço de transporte escolar de aluno para escola secundária de Torres Novas – Ano letivo 2020/2021	211,29€	422,58€	633,87€
11-11-2020	Empreitada para Ampliação do Cemitério de Porto de Mós	45.000,00€	80.128,97€	125.128,97€
04-12-2020	Empreitada para Recuperação da Estrada Romana – Criação do Centro de Interpretação	5.300,00€	24.327,00€	29.627,00€
11-12-2020	Atribuição de bolsas de estudo – Ano letivo 2020/2021	8.805,00€	21.175,00€	29.980,00€
11-12-2020	Contratação em regime de avença de um técnico especializado para laborar com equipamentos tecnológicos na Fablab	430,50€	5.596,56€	6.027,06€
15-12-2020	Empreitada para Requalificação do Morro de Santo António	15.000,00€	27.392,05€	42.392,05€

-----**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS - ANO 2021 E SEGUINTE** :--

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária realizada a 04-12-2020, conceder autorização prévia à Câmara Municipal, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior.-----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 28 de dezembro de 2020 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----Face ao exposto, e dando cumprimento ao artigo 20.º das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2021, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01-01-2021 a 31-03-2021.-----

Data	Designação	Montante c/ IVA		
		2021	Anos Seguintes	Total
18-01-2021	Manutenção de programas informáticos – Software AIRC – Anos 2021 a 2023	33.211,23	71.755,74€	104.966,97€
20-01-2021	Consultoria para apoio à implementação de planos para a igualdade no Município de Porto de Mós	16.051,50€	8.487,00€	24.538,50€
25-03-2021	Prestação de serviço de Revisor Oficial de Contas (ROC) para certificação legal das contas do Município para os anos 2021 e 2022	3.936,00€	1.968,00€	5.904,00€
26-03-2021	Serviços de Comunicações Voz Fixa + Voz e Dados Móveis, durante 24 meses	9.031,28€	11.608,10€	20.639,38€

-----**10. Cedência ao Domínio Público Municipal do artigo urbano 1932 para Parque de Estacionamento na Rua General Humberto Delgado – Proposta:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi presente a reunião de Câmara de 01.04.2021, e que foi objeto de aprovação, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Oportunamente o Município de Porto de Mós, adquiriu um prédio urbano inscrito na matriz predial da Freguesia de Mira de Aire sob o artigo n.º 1932, registado na Conservatória do Registo Civil e Predial de Porto de Mós na ficha 98, localizado na rua General Humberto Delgado a Herdeiros de Vasco Gomes Ramos, conforme escritura realizada em 18 de dezembro de 2019, no Cartório Notarial de Manuel Fontoura Carneiro, em Porto de Mós.-----

-----Nesse artigo existia um barracão destinado a industria que posteriormente foi demolido pelo Município de Porto de Mós.-----

-----Tendo o Município de Porto de Mós decidido fazer aí um parque de estacionamento anexo à Casa da Cultura de Mira de Aire, o Município elaborou os Projetos de Arquitetura e de Especialidades de Águas Pluviais, Arruamentos, Rede de Águas e Instalação Elétrica de Iluminação Pública, tendo posteriormente lançado uma empreitada de construção desse parque pelo processo EC043-2020, tendo a obra sido adjudicada à Firma Rosário e Cunha, Sociedade de Construção Civil, Lda., pelo valor de 37.305,75€ + IVA.-----

-----A obra já foi construída e aguarda receção provisória, tendo o último Auto de Medição de trabalhos sido feito em 17-02-2021.-----

-----Com a construção deste parque resultaram aproximadamente as seguintes quantidades:-

-----Pavimentação em betão betuminoso: Aproximadamente 202,00 m²;-----

-----Pavimentação em Calçada grossa branca: Aproximadamente 330,00m²;-----

-----Estacionamentos criados para veículos ligeiros: 24 lugares;-----

-----Estacionamentos para pessoas com mobilidade limitada: 1 lugar;-----

-----Estacionamento para carga de veículos elétricos: 1 lugar;-----

-----Espaço cimentado para 3 sistemas de ecopontos, Papelão, Plásticos e Vidrão: 10.51m²;-----

-----Espaço acesso pedonal junto a Ecopontos;-----

-----Espaços verdes com plantação de Glicínias, rosmaninho, Lavanda e Juníperos: 105,69m²;-----

-----Lancis de betão de separação área rodoviária do exterior: 137,00m – 7,8 m²;-----

-----Lancis guias de separação de diferentes zonas rodoviárias: 69,00m – 3,2 m²;-----

-----Colunas octogonais de aço galvanizado de 8,00 m de enterrar para iluminação pública com 3 braços e 3 luminárias de LED´s cada: 2 unidades;-----

-----Sumidouros de águas pluviais: 5 unidades;-----

-----Juntam-se em anexo as telas finais e outros elementos de caracterização.-----

-----Propõe-se à Câmara Municipal que este espaço seja integrado no Domínio Público Municipal.-----

-----É o que me cumpre informar sobre este assunto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----À consideração superior."-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que lhe parece uma alteração inócua, perguntando quais as reais vantagens de tal alteração, pois se o município, mais tarde lá pretender fazer outro tipo de alteração a situação terá de ser revertida, perguntou.-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que em primeiro lugar queria congratular-se com a satisfação sentida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, e pela população de Mira de Aire, junto à Casa da Cultura onde o estacionamento é efetivamente necessário, dizendo que a Câmara fez bem em fazer esta aquisição. Em relação à questão colocada por David Salgueiro, disse que tem a ideia de que no dia em que a Câmara decidir vender este imóvel, tem de o destacar do domínio publico.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que no fundo, o que não faz sentido é as pessoas estarem a usar um bem que é do domínio privado do município. Disse ainda que sob o ponto de vista contabilístico faz toda a diferença, pedindo ao Dr. Rogério Nunes que desse uma explicação mais aprimorada sobre esta matéria, pois foram efetivamente os serviços que alertaram para a necessidade deste parque de estacionamento, passar para domínio público municipal.-----

-----Usando da palavra, o Chefe de Divisão Rogério Nunes, passou a esclarecer que se trata de questões essencialmente relacionadas com as amortizações, pois são feitas de forma diferente, por um lado, e por outro, porque também não lhe parece lógico que um bem, que seja utilizado de uma forma pública e esteja encostado outra via pública, seja um bem do domínio privado do Município. E ainda, sendo um bem do domínio publico, não é suscetível de negócio jurídico.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **10. Cedência ao Domínio Público Municipal do artigo urbano 1932 para Parque de Estacionamento na Rua General Humberto Delgado – Proposta** – posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com uma abstenção.-----

-----**11. Relatório Anual de Monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) de 2020:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que o ano passado se decidiu, por recomendação, fazer uma análise pela equipa de monitorização sobre a contratação no âmbito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Covid e este é o relatório apresentado pela equipa, que não tem nada que se lhe aponte, apenas algumas recomendações que são normais, conforme foi presente a reunião de Câmara de 15.04.2021 e cuja informação se passa a transcrever:-----

-----"No seguimento do despacho, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 22 de abril de 2020, foi elaborado o relatório anual que junto se anexa, que apresenta os resultados da monitorização, relativamente à execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) em 2020.-----

-----Conforme determinado por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 28 de setembro de 2020, esta monitorização incide sobre as medidas excecionais no âmbito da pandemia Covid-19, dada a pertinência que as mesmas representam no contexto do Município enquanto entidade gestora de dinheiros públicos, dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção n.º 2/2020, em 6 de maio.-----

-----Dando cumprimento à Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho, publicada no DR, 2.ª série, n.º 140, de 22 de julho de 2009 pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, recomenda-se que:-----

-----1. O envio do presente relatório ao órgão executivo para conhecimento, bem como, ao órgão deliberativo, no âmbito das suas competências de apreciação e fiscalização nos termos e para os efeitos da defesa da integridade e do cumprimento do princípio da transparência;-----

-----2. O envio deste relatório ao Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças e Conselho de Prevenção da Corrupção;-----

-----3. A divulgação do presente relatório no sítio da Internet do Município de Porto de Mós."-----

-----**Antonio Manuel Sousa Pires (PSD):**-----

-----Em referência a este documento disse haver umas recomendações gerais no sentido de melhorar os procedimentos, mas há uma que sobressai, e que é a alínea b), que recomenda a elaboração de manual de procedimentos de forma a uniformizar e tornar mais céleres e eficazes os processos administrativos, achando de que dentre todas as outras, seria aquela que, na medida do possível, a Câmara deveria implementar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o regulamento está a ser elaborado donde sairá depois o tal manual de procedimentos.-----

-----**12. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2020):**-----

-----O senhor Presidente passou a palavra à senhora Vereadora Telma Cruz, que passou a fazer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um breve resumo no âmbito do relatório que lhe foi apresentado pela CPCJ, e que foi oportunamente distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que o relatório não lhe parece que tenha algum reparo a fazer, até porque foi aprovado por unanimidade na Comissão Aargada. Saliou que se deve ter sempre como preocupação central, as crianças, que serão as mulheres e os homens do futuro. Referiu-se ao facto de se encontrarem ativos 65 processos, perguntando se continuam a ser acompanhados e se relativamente ao ano transato houve aumento de casos sinalizados na CPCJ e que medidas estão previstas implementar, nomeadamente no âmbito da violência doméstica, essas crianças sejam acompanhadas e acautelados os seus direitos. -----

-----A senhora **Vereadora Telma Cruz** respondeu dizendo que, relativamente ao numero de casos, a variação não foi muito significativa, sendo os números muito idênticos aos do ano anterior. O que aconteceu, foi que, devido à pandemia, os casos, quer de violência doméstica, quer de sinalizações, nesse período houve uma diminuição dos casos identificados, porque muitas das situações são detetadas por observação de comportamentos nas escolas e nessa altura as escolas estavam fechadas, sendo que ensino à distancia não permitia isso. Quanto aos processo ativos, estes estão a ser acompanhados pelas técnicas da CPCJ, e quando há situações de violência doméstica ou maus tratos, quer a família quer a criança têm acompanhamento, através do Gabinete de Apoio à Violência Doméstica, da Câmara Municipal, tanto do ponto de vista psicológico, como do ponto de vista jurídico, de forma a dar ferramentas à vítima e eventual encaminhamento.-----

-----**10. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, dispensando-se de fazer mais comentários sobre o mesmo, face ao documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia. -----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 10 da Ordem de**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Trabalhos, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 1 de maio e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

